

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS - IGCE
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP**

Stefanie Berenschot Pereira

**Centralidade Urbana e Lutas Sociais: A Associação dos
Favelados de Piracicaba.**

Rio Claro

2012

Stefanie Berenschot Pereira

**Centralidade Urbana e Lutas Sociais: A Associação dos Favelados
de Piracicaba.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Professor Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio claro

2012

301.24 Pereira, Stefanie Berenschot
P436c Centralidade urbana e lutas sociais: a Associação dos Favelados de Piracicaba / Stefanie Berenschot Pereira. - Rio Claro : [s.n.], 2012
93 f. : il., gráfs., tabs., fots., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

1. Mudança social. 2. Movimentos sociais urbanos. 3. Sociologia urbana. 4. Movimento social. I. Título.

Folha de aprovação

STEFANIE BERENSCHOT PEREIRA

**CENTRALIDADE URBANA E LUTAS SOCIAIS: A ASSOCIAÇÃO DOS
FAVELADOS DE PIRACICABA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Rio Claro, SP ____ de _____ de 2012

Sumário

Índice

INTRODUÇÃO	10
1. Apresentação do Trabalho	11
2. Apresentação do texto	14
PARTE I - METODOLOGIA	16
1 Espaço como produto	17
2 Metodologia de trabalho com movimentos sociais	22
PARTE II – CIDADE E CENTRALIDADE URBANA	25
1. Cidade enquanto centralidade	26
2. A Centralidade urbana	30
PARTE III – REFLEXÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO DE PIRACICABA ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980.	35
1. O processo de “desconcentração industrial” da década de 1970	36
2. Políticas de “desconcentração”	44
3. Favelização	50
4. Renda da terra e produção do espaço	55
4.1 Renda da terra urbana	56
PARTE IV–MOVIMENTO SOCIAL URBANO: A ASSOCIAÇÃO DOS FAVELADOS DE PIRACICABA	58
1. Movimentos Sociais e a Cidade	59
2. O Movimento que nasce na favela	62
3. Os Congressos dos favelados	66
PARTE V – CENTRALIDADE URBANA NA FAVELA E CLASSES SOCIAIS	73
1. A favela e a centralidade urbana	74
2. A elaboração da consciência de classe na favela	79
A GUIA DE CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

Índice de Tabelas, Gráficos e Mapas

TABELA 1 – Expansão da área cultivada e da produção Física de alguns produtos agrícolas de São Paulo: 1969/71 – 1979/81	40
TEBELA 2 – Distribuição espacial de indústria de transformação do Brasil, segundo regiões e estados selecionados – 1970/1990	47
GRÁFICO I – Número de estabelecimentos dos setores da mecânica e da metalurgia entre 1970 e 1980	42
GRÁFICO II – Valor da produção nos setores da mecânica e da metalurgia entre 1970 e 1980	42
GRÁFICO III – Valor da Transformação Industrial dos setores da mecânica e da metalurgia entre 1970 e 1980	43
GRÁFICO IV – Pessoal ocupado nos setores da mecânica e da metalurgia entre 1970 e 1980	43
MAPA 1 – Evolução da Ocupação Urbana no Município de Piracicaba	49
MAPA 2 – Localização Aproximada dos núcleos de favelamento envolvidos nas mobilizações	61

Índice de fotos

Foto 1. Trabalhadores membros da Associação dos favelados de Piracicaba.	10
Foto 2. Construção do barraco na favela do Algodão.	16
Fotos 3 e 4: Protestos dos trabalhadores favelados em frente à Catedral de Santo Antônio, no centro de Piracicaba	25
Fotos 5, 6, 7 e 8: Imagens de trabalhadores vivendo na favela no município de Piracicaba.	35
Fotos 9, 10, 11 e 12: Início da ocupação e da construção da favela na região do bairro Vila Cristina	54
Foto 13: Barraco na região do bairro Vila Cristina	58
Foto 14 e 15: Imagens do II Congresso dos Trabalhadores Favelados no dia da mesa de abertura.	70
Foto 16 : Militante Luizinho	7

Centralidade Urbana e lutas sociais: A Associação dos favelados de Piracicaba.

Resumo: A centralidade ou a capacidade de promover a coalescência de funções é uma característica fundamental das cidades. A cidade reúne as instituições políticas e econômicas e é centro de decisão para a economia capitalista. Esta congrega as melhores condições para a reprodução do capital, tendo em vista que concentra os meios de produção e circulação do capital, bem como onde este realiza a opressão do homem por meio da exploração do trabalho e da segregação sócio-espacial. O presente texto tem a finalidade de pensar essa característica tão fundamental das cidades como fator de impulso à formação dos movimentos sociais. O espaço das cidades seria então, segundo nossa hipótese, um lugar portador de possibilidades de transformação advindas das lutas desses movimentos. A análise da gênese e organização da Associação dos Favelados de Piracicaba (ASFAP) dá suporte à corroboração de nossa hipótese uma vez que é um movimento social surge em num contexto de potencialização da aglomeração urbana por conta da intensa industrialização.

Palavras-chave: Centralidade urbana, movimento social, Piracicaba.

Urban Centrality and Social Movements: The Associação dos Favelados de Piracicaba.

Abstrac: The centrality or the ability to promote the coalescence of functions is a fundamental characteristic of cities. The city brings together political and economic institutions and is the decision center to the capitalist economy. It brings together the best conditions for the reproduction of capital in order to concentrate the means of production and capital circulation, where it performs as well as the oppression of man by the exploitation of labor and socio-spatial segregation. This paper aims to consider this characteristic so fundamental as cities impulsion factor to the formation of social movements. The space of cities was then, according to our hypothesis, a place holder possibilities of transformation coming from the struggles of these movements. The analysis of the genesis and organization of the Associação dos Favelados de Piracicaba (ASFAP) supports corroboration of our hypothesis once it is a social movement that appears in a context of empowerment of urban agglomeration on account of intense industrialization.

Key words: Urban Centrality, Social movements, Piracicaba.

Dedico com carinho à minha família.

Dedico ao Erik com amor.

Dedico àqueles que acreditam que é possível mudar...

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais pela confiança e aos meus irmãos pelo apoio. Todos os desafios que passamos se tornaram instrumento para que eu quisesse lutar.

Agradeço ao Paulo, meu orientador, pela enorme compreensão das minhas limitações. Agradeço principalmente por ter acreditado e confiado no meu trabalho. Agradeço também ao corpo de funcionários da Unesp de Rio Claro, que sempre foram solícitos às nossas necessidades.

Agradeço principalmente aos militantes da ASFAP, não apenas pela colaboração valiosa nesse trabalho, mas especialmente por terem se disposto a lutar e assim construir o movimento que é tema desta pesquisa. Dedico um agradecimento especial e carinhoso a Dona Miriam e o Professor José Maria.

Agradeço aos meus amigos da vida e em especial a Livia, a Jessica, a Tati, o Moita, Rafael (Araraquara), Thiago e mais alguns outros que lamento cometer a injustiça de não citar. A vocês devo os ricos debates que enriqueceram minhas reflexões e os momentos de alegria que pude viver em Rio Claro.

Agradeço também aos meus amigos do SESI de São Roque pela solidariedade e pelo profundo aprendizado que me tem ofertado desde agosto de 2011. Sou grata também aos estudantes que dividem comigo o aprendizado da geografia na sala de aula.

Agradeço com amor ao Erik, meu companheiro, por dividir comigo as lágrimas e satisfações em produzir esse trabalho. Sempre me lembrarei com amor do seu cuidado e carinho.

Por fim, agradeço à Geografia por continuar me encantando e desafiando a transformar o mundo. Espero estar contribuindo para essa transformação.

Sendo assim, o autoconhecimento do proletariado é, ao mesmo tempo, o conhecimento objetivo da essência da sociedade. Enquanto persegue os seus fins de classe, o proletariado realiza de maneira consciente os fins – objetivos – do desenvolvimento da sociedade, os quais, sem a sua intervenção consciente, teriam de permanecer como possibilidades abstratas e barreiras objetivas.

Georg Lukacs.

Introdução



Foto 1. Trabalhadores membros da Associação dos favelados de Piracicaba. 1981.
Fonte: Arquivo pessoal Dona Miriam e Prof. José Maria.

1. Apresentação do Trabalho

Pensar o movimento social urbano implica pensar a cidade, suas características e o seu papel diante da dinâmica capitalista de produção. Tendo em vista tal ponto de partida o presente trabalho tem como tema o caráter centralizador da cidade bem como o papel dialético que tal caráter exerce nos movimentos sociais.

A cidade pode ser considerada parte fundamental no desenvolvimento do capitalismo, atuando como meio fecundo para a produção e reprodução do sistema capitalista de produção por conta das condições de aglomeração que ela proporciona. A transição da cidade medieval para a cidade burguesa moderna está extremamente ligada à transição entre os sistemas feudal e capitalista de produção. Neste sentido pode-se afirmar que a cidade constitui papel fundamental na transição de sistemas, de forma que o capital encontrou formas propícias à sua reprodução por meio da utilização das forças de concentração geradas pelas cidades que se desenvolviam nas imediações das indústrias. A aglomeração dos meios de produção, da mão de obra e do capital propiciou o desenvolvimento do capitalismo, e esse por sua vez intensificou a aglomeração na cidade.

Lefebvre (1999) ao analisar a cidade aponta a centralidade como característica principal da sua constituição. Isso porque a cidade é o espaço da reunião, do encontro, onde o capital se realiza por meio das suas articulações, mas também onde a socialização é possível nos espaços públicos. Esse duplo papel exercido pela centralidade acaba por promover constantes conflitos entre as classes. Tais conflitos podem se manifestar de diversas formas, seja na luta entre proprietários e não proprietários (como no caso dos movimentos por habitação), seja na luta entre trabalhadores e capitalistas.

O conflito que se opera no seio do capitalismo se vincula diretamente às relações entre capital e trabalho e no espaço não é diferente. O trabalhador que está envolto nos conflitos do capital desde o momento em que, por meio dele, se opera a mais-valia até o momento em que este sucumbe diante da lógica burguesa da propriedade privada.

“Os conflitos no local de vida são meros reflexos de tensões subjacentes entre o capital e o trabalho. Os apropriadores da renda e a facção da construção civil mediam as formas de conflito; eles se erguem entre o

capital e o trabalho e por isso escondem de nossas vistas a verdadeira fonte de tensão. A aparência superficial dos conflitos em torno do ambiente construído – as lutas contra o proprietário da terra ou contra a renovação urbana – disfarça uma essência oculta que é nada mais nada menos que a luta entre o capital e o trabalho.” (HARVEY, apud CARLOS, 2008, p.184)

Esses conflitos gerados dentro do próprio sistema dialeticamente trazem as possibilidades de transformação e negação da lógica capitalista. Enquanto a produção capitalista do espaço se torna mais incisiva e efetiva, maiores são as contradições geradas por ela e maior a possibilidade de desafio a essa lógica.

As contradições geradas pelo sistema capitalista de produção oprimem as classes mais pobres da população e estas, diante desta realidade, se organizam, pressionam o Estado e lutam por melhorias dentro daquilo que os mantém vulneráveis socialmente. A mesma aglomeração que serve à reprodução do capital pode servir para a identificação destes grupos e a solidarização na luta, conforme afirma Santos (2008):

“Relações sociais construídas na vizinhança, a identificação de problemas comuns quando situações de carência e de exclusão são compartilhadas, ou seja, os problemas concretos do cotidiano, como atrasos dos transportes, acidentes e doenças acabam estabelecendo formas de solidariedade, com a fusão de reivindicações, sobretudo quando há o aguçamento dos conflitos.” (SANTOS, 2008, pp. 97-98)

A formação destes grupos tem papel fundamental na produção do espaço urbano. A pressão exercida por eles é capaz de barrar ações de benefício exclusivo do capital e alcançar melhorias dentro daquilo que compõe suas reivindicações. Desta forma, a luta social travada essencialmente no âmbito do Estado, também produz o espaço, por vezes a favor do capital e por outras em oposição a ele.

O Estado se apresenta na maioria das vezes enquanto representante da lógica de mercado, pois as classes que exercem maior pressão política são as mesmas que detêm o controle do capital. Por outro lado, em alguns momentos as classes menos favorecidas podem exercer pressão suficiente para barrar o capital e a sua lógica opressora de produção do espaço.

O caso a ser estudando e que inspirou nossas análises é o caso da Associação dos Favelados de Piracicaba (ASFAP). Tal corpo de mobilização social teve início com a crescente demanda por habitação gerada por migrantes atraídos à cidade pela industrialização que despontava na década de 1970. Articulando a análise teórica a respeito da centralidade ao fenômeno histórico-espacial destacado, o presente trabalho pretende analisar as contradições entre os interesses do capital, facilitados pela concentração urbana, e as possibilidades de sociabilidade e mobilização advindas da mesma concentração.

O presente texto apresenta o resultado de um trabalho de pesquisa que pretende servir de instrumento para aprofundar as análises da Geografia sobre os movimentos sociais e assim aproximar essa ciência das necessidades destes movimentos. As proposições que realizamos ao longo deste trabalho possivelmente gerarão críticas e questionamentos por parte de cientistas sociais ou mesmo de vários movimentos que atuam hoje na sociedade. Esclarecemos que é essa a nossa intenção, de maneira que se isso se realizar o nosso trabalho terá alcançado o seu principal objetivo: o aprofundamento dos debates sobre movimentos sociais na geografia.

2. Apresentação do texto

A organização do texto, resultado de todo esse trabalho, se dá em cinco partes, sendo uma dedicada à metodologia e as demais à descrição e análise das partes do fenômeno a ser estudado. A primeira parte, dedicada à metodologia, pretende antes de tudo definir nossa perspectiva sobre a interpretação do espaço enquanto um produto das relações sociais. Desta forma, analisaremos os fenômenos espaciais como sendo fenômenos sociais decorrentes do desenvolvimento das relações de produção e mais diretamente decorrentes do trabalho. Ainda assim, consideraremos a crítica de Habermas (1987) e nos proporemos a pensar também a ação crítico-revolucionária como componente importante para pensar os movimentos sociais como produtores do espaço. Além disso, apresentaremos a metodologia de análise dos movimentos sociais proposta por GOHN (1997).

Na segunda parte, pensando as estratégias do capital para o espaço urbano, mas tentando compreender a produção deste espaço para além destas estratégias, nos dedicaremos a apreender algumas definições e conceituações propostas para a cidade e o urbano. As definições elencadas na parte intitulada “Cidade e Centralidade Urbana” dão conta da cidade como sendo centro, aglomeração, concentração. Por isso, tal como propõe Lefebvre, interpretaremos o essencial do fenômeno urbano como sendo a “centralidade urbana”.

A terceira parte, denominada “Reflexões sobre a industrialização de Piracicaba entre as décadas de 1970 e 1980”, se refere à descrição e análise do processo denominado “desconcentração industrial”, ocorrido especialmente a partir da década de 1970 e que influenciou a dinâmica industrial da Região de Campinas e mais especificamente a cidade de Piracicaba. Buscamos descrever e analisar esse processo como forma de compreender a estratégias do capital e do Estado para a produção do espaço urbano. Ainda nesta seção um capítulo será dedicado ao tema da produção de favelas decorrente da estratégia do capital para a produção do espaço. Para pensar a favelização como produto desta estratégia, analisaremos conceitos como os de propriedade privada da terra urbana e renda da terra urbana.

A quarta parte, “Movimento Social urbano: A Associação dos Favelados de Piracicaba” dará conta de pensar os movimentos sociais e mais especificamente o movimento da Associação dos Favelados de Piracicaba, interpretando-o sob o viés

das contradições da cidade que produzem a desigualdade, mas também produzem as possibilidades de mobilização e de luta.

O resultado final das análises se dará na quinta parte, denominada “Centralidade urbana na favela e classes sociais” e que compreende o momento onde analisaremos o potencial da centralidade urbana que se realiza também na favela para a construção de lutas sociais que culminariam com a elaboração da consciência de classe. Para tecer essa análise final nos basearemos principalmente nas descrições realizadas nas partes anteriores bem como nos conceitos que foram elencados durante cada uma das quatro partes precedentes.

Parte I - Metodologia



Foto 2. Construção do barraco na favela do Algodão. 1981. Fonte: Arquivo Pessoal Dona Miriam e Prof. José Maria

1. Espaço como produto

Faz-se necessário esclarecer que trataremos aqui do espaço sob a perspectiva da sua produção social. Desta forma, a sua análise enquanto produto é fruto de uma crítica ao seu tratamento enquanto receptáculo ou palco da ação humana. A crítica com bases marxistas na análise do espaço observou que a geografia chamada “tradicional” não dava conta de compreender o homem e sua relação com a natureza diante dos processos históricos e das relações sociais. O pensamento da ordem da produção do espaço defende que,

Na realidade, é o movimento histórico do processo de produção espacial que desvenda o fato de que o espaço geográfico não é nem externo, nem inerte e imóvel, e tampouco natural, mas um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas [...] Portanto, a idéia de exterioridade do espaço geográfico em relação ao homem contrapõe-se a idéia de produção humana, histórica e social. (CARLOS, 2008, p.33)

Desta forma, a produção do espaço pressupõe a não separação entre homem e natureza, entre a perspectiva física e social. Pelo contrário, a produção do espaço parte do pressuposto de que, mediado pelo trabalho, é a relação homem-natureza que produz o espaço. Considerando o espaço enquanto produto das relações sociais não se pode apresentá-lo como simples “reflexo” da sociedade, uma vez que não se trata de um substrato “em branco”, pronto para receber passivamente as ações que o organizarão. Trata-se, em verdade, de considerá-lo como parte constituinte da própria sociedade, não sendo possível dissociá-lo dos processos sociais, uma vez que o espaço se apresenta como condicionante da ação social e condicionado por ela. Neste sentido Castells nos apresenta:

Ora bem, a sociedade não se “reflecte” no espaço, a sociedade não se situa nem pode situar-se como algo de exterior ao próprio espaço. Deve pois mostrar-se a articulação entre o espaço e resto dos elementos materiais da organização social, no quadro de uma coerência conceptual, teórica, que consiga dar conta de conjunturas ou de processos que é necessário explicar. Mais concretamente: a formação de regiões metropolitanas nas sociedades industriais não é um “reflexo” da “sociedade de massas”, mas a expressão espacial, a nível de formas, do processo de centralização da gestão e descentralização da execução, tanto do ponto de vista da produção como do ponto de vista do consumo. (CASTELLS, 1975, p.66)

A produção em geral é a habilidade do homem enquanto produtor de modificar as “formas das matérias naturais, de modo a torná-las úteis para ele” (MARX apud SMITH, 1988, p.71). O processo de produção é mediado pelo trabalho

que “é uma eterna necessidade imposta pela natureza, sem a qual não haveria mudanças da matéria entre o homem e a natureza, e por esse motivo não haveria vida” (MARX apud SMITH, 1988, p.71).

Desta forma é possível perceber a importância do trabalho dentro do processo de produção geral. No caso da produção do espaço não é diferente. É por meio do trabalho que se realiza a interação metabólica entre homem e natureza. “A sociedade se apropria assim da natureza e a transforma pelo trabalho social e se realiza na produção socioespacial” (RODRIGUES, 1998, p.23). Para a geografia torna-se fundamental, portanto, a análise das relações entre homem e natureza – e por consequência do trabalho – para a compreensão do espaço enquanto produto.

Da mesma forma que a matéria é transformada na produção, o mesmo efeito se opera sobre o homem enquanto produtor.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a Natureza como externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX apud SMITH, 1988, p 71-72)

A simultaneidade da transformação do homem e da natureza num mesmo processo é que justifica a sua unidade. Dentro do processo de produção homem e natureza, unidos, é que se transformam. Da mesma forma, na produção do espaço é a relação entre sociedade e espaço que produzem tanto um quanto o outro, inseparavelmente dentro do mesmo processo. O espaço não é mais receptáculo, mas sim produto e produtor das relações sociais.

Considerando que o objetivo deste trabalho é analisar a importância de determinado espaço (cidade) e determinada “relação espacial” (centralidade) com a mobilização social nos vemos diante de uma nova dimensão na produção do espaço: a produção por meio da atividade crítico-revolucionária. Aqui nos apropriamos de uma reflexão realizada por Habermas (1987) onde o caráter do trabalho enquanto único gerador da humanidade é contestado em prol de uma

segunda dimensão que seria a *formação mediante atividade crítico-revolucionária*. Partilhando desta perspectiva com Habermas, buscaremos interpretar a produção do espaço não somente por meio da atividade produtiva, mas também sob o aspecto da mobilização social. Desta forma, concebemos que a mobilização social atua como produtora do espaço enquanto atividade crítico-revolucionária.

Há que se destacar que consideramos, sob uma perspectiva materialista, que as condições sob as quais as classes trabalhadoras são submetidas são o que efetivamente possibilitam a tomada de consciência e a mobilização para a superação destas. Como exemplo, as mobilizações por habitação só são possíveis uma vez que as populações sem teto, ou que vivem em moradias precárias se vêem na sua situação e tomam consciência das possibilidades de organização em prol de melhores condições de habitação. Desta forma, são as condições materiais que conduzem a tomada de consciência.

Sob tal perspectiva interpretamos que é primeiro o trabalho enquanto relação entre homem e natureza que conduz à mobilização. No caso da mobilização por habitação é o cerceamento ao trabalho enquanto manutenção da vida e conseqüentemente à reprodução da força de trabalho que limita as condições de habitação e conduz à revolta. O próprio sistema capitalista de produção coloca a contradição da negação da reprodução da força de trabalho, mesmo sendo essa uma necessidade vital para esse.

O que queremos destacar aqui é que se a mobilização é conduzida pelo trabalho, o que promove o desenvolvimento de novas relações com o espaço e com o homem são atividades crítico-revolucionárias que se realizam dentro do movimento social. Essas atividades serão produtoras de espaço, uma vez que conduzem à reflexões e tomadas de consciência que irão propor novas relações com o espaço e conseqüentemente levarão as classes envolvidas no processo a se transformarem no sentido da realização do conhecimento através da política.

O modo de produção capitalista estabelece determinado conjunto de relações entre homens e, da mesma forma, entre homem e natureza. A forma de apropriação do espaço pelo capital é marcada por uma apropriação predatória da natureza. Esta natureza se configura tanto como a matéria, recurso para a produção, quanto natureza humana que é corrompida pela exploração do trabalho do homem. O espaço é produzido dentro deste contexto, sob a hegemonia do capital, que ao se

apropriar da natureza (e do homem inclusive) produz o espaço com vistas a sua reprodução.

Com a consolidação do capitalismo enquanto sistema hegemônico de produção as cidades passaram a concentrar as atividades produtivas, tendo em vista as facilidades locacionais oferecidas pela aglomeração urbana. Inicialmente vinculada às necessidades do capital produtivo as cidades começam a inchar e concentrar a produção do capital. Isso se dá essencialmente porque a cidade participa do processo produtivo quando – apresentando-se enquanto aglomeração – proporciona facilidade de acesso à matéria prima, recursos energéticos, mão-de-obra e facilita a circulação das mercadorias.

Apoiada sobre as facilidades que proporciona ao capital as cidades vão crescendo, e o espaço vai se produzindo para atender as necessidades de produção e de consumo. Mais tarde, com a complexificação do capital e o surgimento do capital imobiliário a produção do espaço urbano começa a se dar também com vistas a atender a hierarquização dos espaços e produção da terra urbana enquanto valor.

O capital imobiliário tem influência direta na estruturação da cidade como a conhecemos hoje. Muito embora a cidade na escala regional seja um ponto de aglomeração que exerce centralidade com relação ao campo, internamente ela se mostra extremamente diferenciada e o capital imobiliário tem papel fundamental nesta estrutura. É ele que permite as diferenciações de valoração que definem *a priori* as possibilidades de habitação e caracterizam os espaços de acordo com funções econômicas.

A junção, portanto, dos capitais produtivo e imobiliário define as condições e possibilidade de moradia das classes trabalhadoras ao mesmo tempo em que os distancia do espaço político e fragmenta a cidade.

Mais do que oferecer condições para a reprodução do próprio capital a configuração do espaço urbano se dá de forma a oferecer condições também para a reprodução de uma sociedade. A vida do trabalhador é envolvida no processo de reprodução do capital em todos os momentos, desde o trabalho até os momentos de lazer. A cidade oferece condições para que a sociedade capitalista se reproduza nas suas mais diversas configurações, da mesma forma que o espaço urbano é produzido pelo capital.

Trata-se de uma simultaneidade: ao passo que as relações de produção contribuem historicamente na produção do espaço, esta produção concomitantemente promove a manutenção destas relações dando condições à perpetuação do capital. São dois lados dentro de um mesmo fenômeno. Não se trata de dizer que um é mais “verdadeiro” que o outro, mas sim que a verdade está justamente na contradição, na possibilidade de encontrar dois aspectos não somente diferentes, mas conflitantes, dentro de uma mesma realidade.

Assim, podemos afirmar que nosso trabalho se realizará sob uma perspectiva dialética, uma vez que propomos uma análise da cidade que a encare tanto como um espaço para o capital, onde as forças de aglomeração são produtivas para a reprodução do capital, quanto um espaço onde os encontros promovidos por esta mesma aglomeração podem ser geradores de forças de oposição ao capital. São duas características conflitantes dentro do mesmo espaço, o que requer uma análise dele que venha considerar o movimento do real em direção a estes dois aspectos verdadeiros da cidade.

Desta forma, quando nos referimos ao *direito à cidade*, especialmente na concepção de Lefebvre, buscamos analisar a potencialidade do espaço da cidade para a geração e consolidação dos movimentos sociais. Este direito à cidade enquanto espaço do encontro, do conflito e da luta contra o capital é objetivo do movimento por habitação, mas esta cidade, por outro lado, é a mesma cidade do capital: opressora, segregada e produzida de forma hegemônica pelo capital.

De tal modo, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não são apenas as necessidades do capital que produzem o espaço. Há que considerar que essas necessidades exercem forte pressão política sobre a estruturação da cidade tendo em vista a capacidade de pressão que as elites têm sobre o Estado. Entretanto as ações com vistas à promoção do capital nem sempre são aceitas passivamente pelas classes distanciadas do poder político.

2. Metodologia de trabalho com movimentos sociais

Para realizar a análise de um movimento social dando ênfase à sua relação com o espaço e mais especificamente sua relação com a cidade é necessário

pontuar aqui que metodologia utilizaremos para analisar este movimento social. É importante destacar que, embora nos baseemos em uma literatura mais próxima da sociologia e da ciência política para analisar este aspecto, o movimento social será sempre encarado na sua relação com espaço, na produção simultânea entre espaço e a população envolvida.

Com o intuito de buscar o conceito de movimento social que mais se aproxime do que nossa pesquisa observa na realidade do movimento em questão, apontaremos alguns dos conceitos elaborados e que mais responderam às nossas necessidades. Manuel Castells é um dos autores lembrados quando nos referimos a Movimentos Social devido aos seus estudos sobre os Movimentos sociais urbanos. Para ele, os “Movimentos Sociais urbanos são sistemas de práticas sociais contraditórias, isto é, que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana.” (CASTELLS, *apud* AMMANN, 1991, p.14).

Conforme analisa Ammann, quando Castells se refere às contradições específicas da problemática urbana, as quais os movimentos sociais operam, o autor se refere às contradições próprias do sistema capitalista. Desta forma, os movimentos são parte desta contradição, as produzem e são produzidos por elas.

Outro importante autor que se dedicou aos movimentos sociais foi Alain Touraine. Para ele os movimentos sociais ligam-se estreitamente à luta de classes e estão relacionados à busca pelo comando da sociedade e pelo direito à produção desta sociedade, o que ele chama de historicidade. Em Touraine, Movimentos Sociais “são forças centrais que lutam umas contra as outras para dirigir a produção da sociedade por ela mesma, a ação de classe pela direção da historicidade.” (TOURAINÉ, *apud* AMMANN, 1991, p.16)

Muito embora essas conceituações sejam passíveis de críticas ressaltamos que, dentro do que observamos no movimento sob análise elas ajudam a compreendê-lo com relação à sociedade e ao espaço. No caso de Castells, a conceituação ressalta os Movimentos Sociais frente às contradições do espaço urbano, tal como se apresenta a Associação dos Favelados de Piracicaba dentro do contexto urbano-industrial da época na cidade de Piracicaba, conforme analisaremos. Touraine por sua vez destaca a questão classista do movimento, bem como sua busca pela produção da historicidade. Neste caso, talvez seja apropriado ressaltarmos que essa conceituação não se aplicaria alguns movimentos que não se

ligam estritamente às questões de classe, tal como movimentos de mulheres, étnicos, ecológico, etc. Segundo GOHN (1997), “Todo ator [social] pertence a uma classe social. Mas os atores muitas vezes se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito, prioritariamente, a problemáticas de classe social, como as questões de gênero, étnicas, ecológicas, etc.” (p.249).

Contudo, insistimos em apontar a conceituação de Movimentos sociais de Touraine porque ao analisarmos a atuação da Associação dos favelados de Piracicaba acabamos por defini-la enquanto uma ação classista, não só de busca pela produção da historicidade, mas também de busca pela produção do espaço.

Ainda sobre a conceituação dos movimentos, utilizaremos o conceito formulado por Gohn (1997):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país criando um campo político de força social na sociedade civil. (p.251)

Segundo a própria autora essa conceituação apresenta os movimentos sociais em seu caráter político, eles “criam e desenvolvem um campo político de forças sociais na sociedade civil, contribuindo para o seu desenvolvimento político. Eles politizam as demandas socioeconômicas, políticas e culturais, inserindo-as na esfera pública da luta política.” (p.252)

Essa conceituação é mais ampla que as anteriores, uma vez que abrange uma maior diversidade de movimentos. Desta forma, torna-se um conceito mais adequado para a realidade contemporânea e das modalidades de mobilizações que é possível observar pelo mundo.

Para analisar o movimento em questão dentro do conceito apontado por Gohn a autora define uma metodologia que prevê a análise de um conjunto de elementos de articulação interna (ideologia, projeto, organização, práticas) e articulação externa (cenário sociopolítico, opositores), bem como análise das “representações que eles têm de si próprios e do outro; suas conquistas e derrotas; e a cultura política que constroem ao longo de suas trajetórias” (GOHN, 1997, p.255). Dentro deste roteiro de análise a autora define como importantes para interpretação do movimento a definição de elementos como:

- *As demandas e os repertórios da ação coletiva*, que nascem de carências ou de utopias;

- *A composição do movimento*, que se refere a origem social dos participantes e a sua localização no espaço;
- *O princípio articulatório interno*, ou seja, a base, as lideranças e associações;
- *Força social*, que se refere à conjuntura política e campo de forças num dado momento histórico;
- *Ideologia*, conjunto de crenças e valores que fundamentam a mobilização,
- *A cultura Política*, gerada pelo conjunto de práticas sociais do movimento;
- *A organização*, que pode ser formal (divisão de funções, tarefas) ou informal;
- *As práticas*, que podem ser formais (reuniões, assembléias, etc.) ou informais (acampamentos, ocupações, etc.);
- *Projeto sociopolítico*;
- *Identidade*, somatória de práticas a partir de um referencial contido nos projetos;
- *Cenário sociopolítico*;
- *Os opositores*, sujeitos que detém o poder sobre o bem demandado,
- *As conquistas e derrotas*.

O roteiro oferecido por Gohn contribuirá para a interpretação do movimento dentro do seu contexto histórico e espacial. Entretanto, é importante destacar que nosso objetivo vai além do que prevê o resultado do roteiro.

Parte II – Cidade e Centralidade urbana

Fotos 3 e 4: Protestos dos trabalhadores favelados em frente à Catedral de Santo Antônio, no centro de Piracicaba. 1982. Fonte: Arquivo Pessoal de Dona Miriam e Prof. José Maria.

1. Cidade enquanto centralidade

Podemos apontar que, muito embora as definições de cidade sejam muitas e das mais variadas é muito freqüente que se relacione cidade à densidade (demográfica ou de objetos), à aglomeração, à centralidade. Com o intuito de pensar os tipos de centralidade da cidade é necessário antes de tudo buscar esclarecimentos sobre a cidade, sua definição e conceituação. É possível encontrar uma infinidade de definições sobre a cidade, de forma que se torna um tanto desafiador empenhar aqui um conceito a altura das numerosas contribuições.

Antes de tudo é válido esclarecer que há diferenças entre o que se pode designar enquanto “cidade” e “urbano”. Para Lefebvre (1991) trata-se de uma distinção entre a morfologia social (urbano) e a morfologia material (cidade):

“Talvez devêssemos introduzir aqui um distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado, o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.” (LEFEBVRE, 1991, p.49)

Desta forma, a cidade seria então a materialização do urbano, ou seja, a cidade é a forma portadora do conteúdo urbano. Contudo não é possível que o urbano se realize sem uma base material. “A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra “o urbano” não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia”(LEFEBVRE, 1991, p.49). O urbano, por sua vez, é definido por Lefebvre como:

“...cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano.” (LEFEBVRE, 1999b, p.112)

Como base para nossa busca de definição da cidade podemos apontar a análise realizada por Vasconcelos (1999) sobre o trabalho de Maximilien Sorre com relação à cidade. Sobre a origem das cidades em Sorre, Vasconcelos aponta:

“A reunião de homens, em aglomerações densas, corresponderia “às necessidades materiais e psicológicas muito variáveis segundo o estado da civilização” (p.157). Essas necessidades originalmente seriam: se beneficiar de uma proteção eficaz; desejo de se fixar nos locais; de encontrar justiça exata; de construir mercados. Já nas cidades industriais, a necessidade de

concentração, de coordenação e de organização explicaria a formação das grandes cidades.”(VASCONCELOS, 1999, p.119)

Desta forma Sorre aponta diferenças entre a origem das cidades antes e depois de período industrial apontando necessidades diferentes para a aglomeração que caracteriza a cidade.

Lewis Mumford também realiza uma relevante contribuição à definição das cidades apontando-a como “ponto da máxima concentração do vigor e da cultura de uma comunidade” (MUMFORD,1961, p.13), bem como afirmando que “Através do seu domínio concreto e visível sobre o espaço, a cidade presta-se não somente às tarefas práticas e produção mas também à comunhão quotidiana dos seus cidadãos.” (MUMFORD, 1961, pp.15-16)

Santos (1965) faz um apanhado de definições de cidade que a tomam especificamente enquanto centralidade, aglomeração:

Correspondendo à idéia de centralidade, várias definições foram procuradas, com êxito maior ou menor. Citaremos algumas, como as de Sombart (uma aglomeração de homens dependentes dos produtos do trabalho exterior), Ratzel (um centro comercial e industrial) Wagner (pontos de concentração do comercio humano), Sieveking (centro de trocas). Hassinger refere-se ao movimento centrífugo e centrípeto que caracteriza a atividade urbana; Bobeck também define o organismo urbano como “... o centro do trafego econômico, político, cultural de uma região não bem delimitada e que na sua estrutura mostra um aumento dos seus aspectos característicos da periferia para o centro”.(SANTOS, 1965, p.133)

As definições elencadas por Santos se remetem sempre a um centro, como nos casos de Ratzel, Sieveking e Bobeck; a concentração ou aglomeração, em Sombart e Wagner. Além destes, Santos cita também a definição de Pierre George: “acentuando um pouco a figuração da realidade, pode-se ser tentado a escrever que a cidade da época pré-industrial é um produto de sua região, enquanto a região da época contemporânea é o produto de sua cidade”. (GEORGE apud SANTOS, 1965, p.134). Em Pierre George é possível observar que a centralidade da cidade se apresenta não só como concentração ou aglomeração de pessoas e objetos também enquanto local da irradiação de poder, onde estão concentradas as decisões que influenciam e produzem a sua região.

Ainda destacando o caráter concentrador e centralizador da cidade, Beaujeu-Garnier (1997) a define enquanto objeto, na medida em que dá condições para a criação por meio da concentração, do encontro, do contato, mas também enquanto sujeito, influenciando seus habitantes e transformando-os:

O importante é considerar que a cidade, concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie (trabalho, informação...), com uma capacidade de organização e transmissão, é ao mesmo tempo sujeito e objecto. Enquanto objecto, a cidade existe materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que eles necessitam; é o lugar onde os contactos de toda natureza são favorecidos e maximizados os resultados; a cidade contribui essencialmente para a dupla ligação entre o espaço periférico que mais ou menos domina e o espaço longínquo com o qual mantém ligações complexas. Mas o corolário desta *função objecto* é um verdadeiro papel de intervenção, de *função sujeito*. O quadro urbano, o ambiente urbano exercem influência nos seus habitantes; podem transformá-los pouco a pouco; pelas suas exigências (alimentação, matérias-primas, comércio), a cidade desempenha um papel importante nas actividades internas e periféricas; pelo seu próprio poder, favorece, difunde ou bloqueia os diversos impulsos vindos do exterior. Se o homem utiliza e molda a cidade, a recíproca é igualmente verdadeira. (p.11)

A cidade, dentro do modo capitalista de produção, é tal como a mão de obra e os meios de produção, também uma força produtiva. A sua configuração é caracterizada essencialmente pela aglomeração dos objetos no espaço. A teoria econômica denomina tal fenômeno de “economia de aglomeração”, segundo o qual o capital produtivo reproduz-se mais dinamicamente quando aglomerado, pois é facilitado pela oferta de recursos que abastecem as diversas indústrias. Tais recursos como mão de obra, oferta de vias de circulação e de energia elétrica são fundamentais para a indústria e são oferecidas mais densamente nas áreas urbanas.

É fundamentalmente por apresentar a aglomeração como característica que a cidade se configura como força produtiva. O espaço, na figura da cidade, opera enquanto força produtiva de importância para a reprodução do capital à medida que dá condições para a dinâmica do capital produtivo.

Como já abordamos, no bojo da impulsão do capital produtivo na cidade, há também a promoção do capital imobiliário, este imprescindível sem o espaço e estreitamente ligado a cidade. Desta forma, a cidade também se caracteriza enquanto força produtiva para o capital imobiliário.

O sistema capitalista de produção apresenta no seu desenvolvimento uma tendência a urbanização dos espaços. Conforme o capitalismo atinge os lugares passa a dar a eles certa urbanidade. Isso se pode dizer inclusive do campo, que muito embora não se torne cidade, é urbanizado por meio da modernização da agricultura e principalmente com o agronegócio.

Em especial a agroindústria contribui para a aglomeração urbana, e isso se dá à medida que a grande maioria dos pequenos produtores perde espaço no campo e passa a lograr empregos na cidade. Desta forma, o capital demonstra de forma incisiva o seu caráter concentrador: Quando incorpora a agricultura “esvazia” o campo e “infla” as cidades.

“Se a centralização social é a centralização do valor de troca em mãos de cada vez menos pessoas, a centralização espacial é a centralização física dos valores de uso. A centralização social do capital tanto produz quanto exige uma certa centralização do capital e, na escala do capital individual, isto fornece o impulso inicial para a diferenciação geográfica das condições e níveis de produção” (SMITH, 1988, p.180)

E seu texto, Smith lembra ainda que a concentração se dá também qualificando espaços enquanto ricos e pobres. A cidade concentra riqueza, mas entre as cidades há uma hierarquia que as diferencia em níveis de importância, e há também diferenciações no espaço intra-urbano. A aglomeração no urbano existe, porém de forma a estabelecer hierarquia entre os espaços e a fragmentá-lo.

2. A Centralidade urbana

As definições e apontamentos sobre a cidade nos possibilitam apreender a cidade enquanto forma concentradora, local de encontro, do possível, tanto no que se refere à reprodução do capital quanto no que diz respeito as possibilidades de sociabilidade. “Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na *centralidade*”. Assim, H. Lefebvre (1999b, p.110) inicia a sua análise sobre a centralidade no urbano e o seu conteúdo dialético. Para Lefebvre a centralidade do urbano e sua simultaneidade configuram a característica mais importante da cidade.

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação sem proximidade, isto é, sem relações. (LEFEBVRE, 1999b, p.111)

A centralidade abordada por Lefebvre nos leva a pensar sobre as possibilidades que essa forma (cidade) permite aos seus mais diversos conteúdos. Simultaneamente na cidade tanto o capital quanto a contestação que se opõe a ele encontram meio fecundo para a sua profusão. Até aqui abordamos a essencialidade da aglomeração urbana para a reprodução do capital por meio das “economias de aglomeração”, contudo há que se analisar também as possibilidades que tal aglomeração, fruto da centralidade urbana oferecem à oposição ao capital.

A cidade por sua vez torna possível o encontro. Centralizando a produção, as relações e as decisões, a cidade possibilita a mudança, a transformação que advém da consciência. O acesso à centralidade, à cidade, Lefebvre chama de “direito à cidade”, no justo sentido de direito ao encontro, à participação política. Há aqui um importante ponto a se destacar: a segregação sócio-espacial típica das cidades contemporâneas é um produto de estratégias de classe para a compartimentação do espaço e a sua apropriação desigual, que confere maior ou menor prestígio aos fragmentos em questão. Essa fragmentação não pode ser pensada como sendo algo externo à essência da urbanidade capitalista. Esta essência se dá hoje pela atuação do capital sobre a cidade. É assim que as cidades e o urbano se organizam na atualidade.

É sobretudo importante destacar aqui que os estudos sobre a centralidade urbana podem variar em sua escala de análise. A centralidade pode ser analisada

tanto do ponto de vista intra-urbano quanto interurbano. As análises que se dedicam à centralidade urbana na escala intra-urbana procuram analisar a dinâmica de produção do centro (ou dos vários centros) dentro da própria cidade. Por outro lado, a escala interurbana diz respeito aos estudos da rede urbana onde a análise toma como referência uma aglomeração urbana enquanto centro articulando as demais cidades em função da sua influência sobre elas (M. SPOSITO, 1997).

Considerando que há diferentes formas de analisar a centralidade, esta é alvo de uma série de definições e teorias que contribuem para a apreensão das centralidades. O geógrafo alemão Walter Christaller realizou uma importante contribuição para a definição de centralidade por meio do conceito de *localidade central*. Analisando a teoria de Christaller, Souza (2003) aponta que “Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade central.” (p.25) A teoria de Christaller sobre as localidades centrais estabelecia uma hierarquia entre as cidades de acordo com sua influência em distribuição de bens e serviços para suas hinterlândias (CORRÊA, 2006).

Muito embora admitamos que estas duas formas de análise da centralidade predominem nos estudos urbanos, gostaríamos aqui de apontar que ao utilizarmos o conceito de centralidade abordado por Lefebvre (1999) admitimos que a centralidade é uma característica das cidades de uma forma geral, a tal ponto que as define em relação ao campo. Desta forma, não nos dedicaremos a apontar de que maneira o município de Piracicaba desenvolveu seus vários centros intra-urbanos e nem mesmo qual a relação de centralidade que a cidade exerce sobre determinada rede urbana. Por outro lado, nos dedicaremos a uma análise que reafirma a importância política da centralidade urbana enquanto uma relação espacial que promove a concentração, proporcionando possibilidades de conflito e agregação política.

A centralidade que a cidade exerce com relação à sua imediação rural é cambiante historicamente, tal como nos apontava Pierre George quando se referia à cidade enquanto produto da sua região no período pré-industrial e posteriormente sendo ela a influenciadora da sua região. Muito embora possamos afirmar que a cidade sempre foi centro, na medida em que sempre foi um ponto de aglomeração localizável no espaço, nem sempre esta exerceu a centralidade.

A concentração de pessoas nas cidades possibilita maior convívio e conseqüente confronto de identidades entre seus moradores. Isso se dá

devido a uma característica própria das cidades, que a diferencia do campo, onde os povoados e moradias são mais dispersos. Santos aponta a proximidade como um fator importante à sociabilidade, à comunicação e estabelecimento de relações entre as pessoas e consequente produção da consciência:

“O papel da vizinhança na produção da consciência é mostrada por J. Duvignauud 1977, p.20), quando identifica na “densidade social” produzida pela fermentação dos homens em um mesmo espaço fechado, uma “acumulação que provoca uma mudança surpreendente” movida pela afetividade e pela paixão, e levando a uma percepção global, “holista”, do mundo dos homens.” (SANTOS, M., 2008, p.318)

Por fim, buscando de fato estabelecer uma relação entre espaço e movimentos sociais, Milton Santos (2008) aponta o lugar enquanto perspectiva de

“um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições. [...] Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade”(p.322)

A questão da centralidade da cidade é complexa em sua análise na medida em que se deve pensar nela enquanto característica de conteúdo dialético. Da mesma forma que a cidade se apresenta enquanto concentradora de capitais – e isso se faz necessário para a reprodução do capital da indústria, do comércio e imobiliário – esta concentração também se dá com relação às pessoas. A aglomeração contínua de pessoas num mesmo espaço estimula o convívio entre elas e a realização de práticas de sociabilidade de vizinhança. Quando essa característica é potencializada pela submissão destas pessoas a condições semelhantes de vida e de trabalho podemos afirmar que a possibilidade de identificação entre os indivíduos potencializa a sua mobilização conjunta e a constituição do movimento social urbano. Segundo Lefebvre

“Como a terra, a cidade representa uma força produtiva (mas não um meio de produção, um instrumento). Permitindo a reunião dos trabalhadores e das obras, dos conhecimentos e das técnicas, dos próprios meios de produção, ela intervém ativamente no crescimento e no desenvolvimento; ela pode portanto contrariá-los; o confronto

das forças produtivas e das relações de produção no seu interior, no seu território, pode ter efeitos benéficos ou desastrosos. Como a terra, como a nação, em face delas, a cidade se torna, no curso da história, o cadinho onde se elaboram as relações de produção, onde se manifestam os conflitos entre as relações de produção e as forças produtivas” (LEFEBVRE, 1999a. p.92)

Há que se destacar que não se trata de afirmar que necessariamente todos os trabalhadores citadinos se associarão em prol de uma causa, mas sim que a aglomeração destes sujeitos potencializa a sua identificação e possivelmente a sua mobilização. Lênin, ao analisar a tática do proletariado enunciada em “A miséria da Filosofia” de Marx, define o importante papel da aglomeração urbano-industrial para a realização da mobilização entre os trabalhadores:

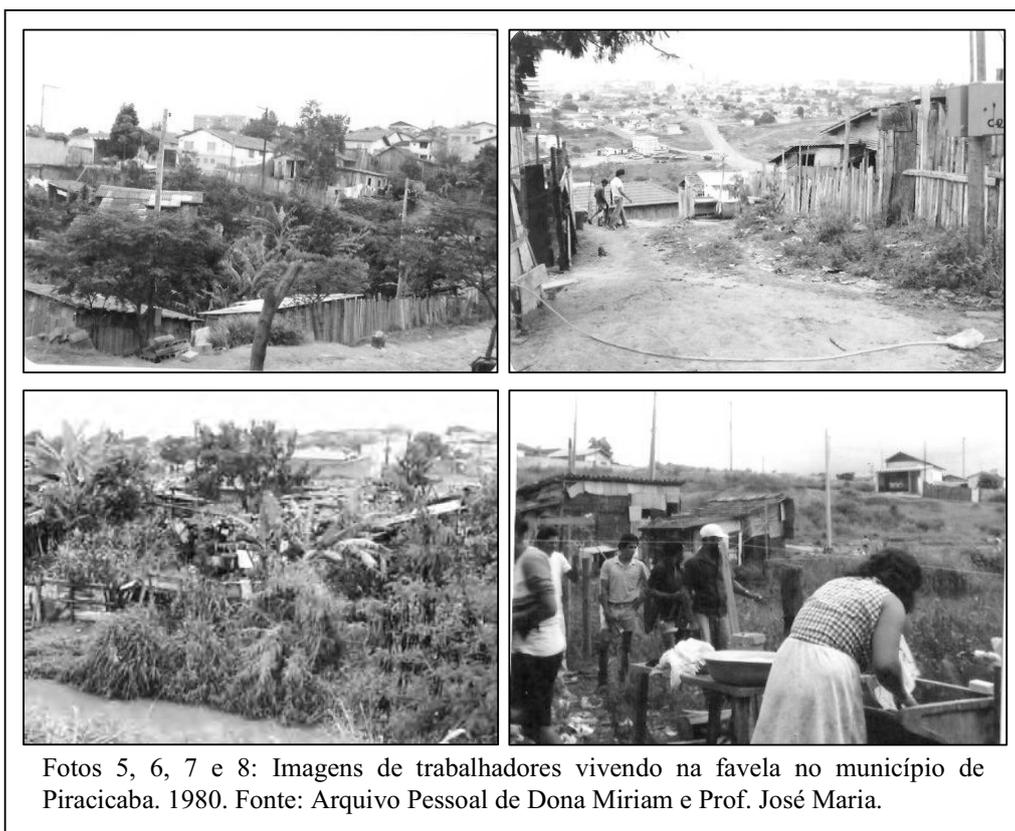
“A primeira [tese de Marx] está assim enunciada: “A grande indústria concentra num só lugar uma multidão de pessoas entre si desconhecidas. A concorrência divide-os em função dos seus interesses. Mas a continuidade do salário, esses interesse comum que têm contra o seu patrão, reúne-os num mesmo pensamento de resistência-coligação... As coligações primeiramente isoladas formam-se em grupos, e, face ao capital sempre reunido, a subsistência da associação torna-se mais importante para eles que a do salário...” Nesta luta – verdadeiramente guerra civil – reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários à batalha por vir. Uma vez chagada a este ponto, a associação toma caráter político. “Temos aqui o programa e a tática da luta econômica e do movimento sindical para dezenas de anos, para todo o longo período de preparação das forças do proletariado”. (LENIN,2008, p.48)

A centralidade como característica do urbano se revela enquanto potencialidade de aglomeração e sociabilidade entre os indivíduos que partilham da mesma realidade. No ambiente urbano é que se realiza a exploração do capital por meio da grande indústria. Esta por sua vez, necessita enquanto motor para o seu desenvolvimento a concentração da mão de obra – entre outros fatores locacionais. A partilha do mesmo espaço e a identificação do outro como semelhante na exploração pelo capital pode gerar a mobilização necessária à constituição do movimento social.

Há que se considerar, entretanto que a centralidade do urbano não é fator indispensável à constituição do movimento social. Isso se revela, por exemplo, nos movimentos sociais camponeses que, embora não usufruam a centralidade urbana ainda assim se organizam em torno de uma causa comum. Contudo é importante

destacar que isoladamente o indivíduo não constrói relações, portanto não pode se organizar socialmente e é neste sentido que a cidade se revela enquanto catalisador das relações por conta da aglomeração que esta promove.

Parte III – Reflexões sobre a industrialização de Piracicaba entre as décadas de 1970 e 1980.



5. O processo de “desconcentração industrial” da década de 1970

O processo de interiorização da indústria no Brasil a partir da década de 1970 é resultado de uma gama de acontecimentos decorrentes tanto dos efeitos dos excessivos custos de aglomeração da indústria na Grande São Paulo quanto da iniciativa do poder público (Federal, estadual e municipal) de industrializar outras regiões do país. Dentro deste processo, podemos identificar de forma marcante o fato de que, embora as políticas federais tivessem o intuito de levar a indústria para o interior de todo o país, o interior do estado de São Paulo foi o principal beneficiário da “descentralização” industrial, conforme analisaremos a seguir.

Considerando o aumento nos custos de aglomeração na Grande São Paulo tornava-se cada vez mais forte a pressão sobre o poder público, por parte do setor privado industrial, para que fossem criadas alternativas locais capazes de acolher certos ramos da indústria. Entre os ramos que necessitavam se deslocar estava aqueles ligados à processos produtivos já padronizados, que não requeriam mão de obra tão qualificada e conseqüentemente mais cara. Além disso, os trabalhadores da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) já apresentavam um nível de sindicalização “preocupante” para os industriais, caso que ainda não ocorria no interior.

Além da questão da mão de obra, a deficiência nos transportes causada pela excessiva aglomeração também atrapalhava o processo de circulação das mercadorias e insumos na RMSP. Conforme aponta Matteo e Tapia (2010), o processo de descentralização industrial foi impulsionado tanto por estes fatores de expulsão da indústria da Grande São Paulo quanto por medidas políticas que acabaram por atrair investimentos para o interior:

A trajetória de desconcentração metropolitana ocorrida nas décadas de setenta e oitenta, foi largamente determinada pelos “custos de aglomeração”, expressos na saturação da infraestrutura de transporte, pela valorização imobiliária, pelas restrições impostas pela legislação ambiental, assim como pelos maciços investimentos estatais em infraestrutura energética e de transportes, pelo crescimento da agroindústria da cana (Próalcool) e da laranja (voltado à exportação), reconhecidamente fatores indutores do crescimento industrial no interior paulista.

Conforme veremos adiante uma série de medidas foram tomadas por parte do Poder Público federal com o intuito de que se criasse um processo de “descentralização” industrial no nível nacional. Contudo, podemos apontar que a principal região a se beneficiar deste conjunto de políticas foi o interior de São Paulo. Desta forma, a “descentralização” operada no período foi relativa, considerando que manteve-se certa centralização no estado de São Paulo.

Podemos apontar principalmente dois fatores impulsionaram especificamente alguns ramos da indústria (alimentícia e de máquinas e equipamentos) a se localizar no interior paulista: 1. Uma estrutura industrial pré-existente; e 2. A Modernização da agricultura e uma estruturação agroindustrial.

A indústria no interior de São Paulo não é produto apenas das iniciativas de “descentralização” industrial, mas é anterior a esta. Embora as atividades industriais mais complexas tenham se desenvolvido de forma concentrada na Grande São Paulo a partir da década de 1940, antes o interior já apresentava destaque nos ramos têxtil e alimentício, além de produzir nos ramos de couros e peles, metalurgia, material de transporte e produtos químicos, especialmente nas regiões de Sorocaba e Campinas (SPOSITO, 2007). Desta forma, a indústria no interior não é uma novidade da década de 1970, mas “o novo está na importância industrial que assume o interior paulista e que o coloca como segundo espaço industrial do país, superado apenas pela Região Metropolitana de São Paulo” (LENCIONI, 2003, p. 466)

Podemos apontar, portanto, que a estrutura pré-existente no interior já propiciava possibilidades para a instalação da indústria a partir da década de 1970. Conforme aponta Furtado (1986) a industrialização no estado de São Paulo se deu em três momentos de diferentes estruturações espaciais. Num primeiro momento o que há é um desenvolvimento industrial disperso pelo estado, de forma que estas indústrias, principalmente alimentícia e têxtil, “se dirigiam a um mercado de âmbito local ou regional, por outro, devido a sua natureza, mantinham uma relação muito direta com as matérias-primas produzidas regionalmente (couro: calçados; algodão: têxtil; agricultura: produtos alimentares).” (p.10). Num segundo momento, a partir da década de 1940 há uma concentração industrial na região da Grande São Paulo, pois se configuram novas relações entre o mercado consumidor e de insumos. Ainda segundo Furtado (1986)

(...) o nível do mercado passou a ser nacional, assim como o fornecimento dos insumos. Os fatores locais e regionais perderam seu poder de atração, ao mesmo tempo em que os fenômenos de polarização, engendrados pela localização de novas indústrias de porte nacional, começaram a desempenhar um papel de primeiro plano. (p.10)

O terceiro momento de industrialização é o que nos interessa principalmente pois trata-se de um produto da excessiva concentração do período anterior e foi possível devido à estruturação espacial urbana de cidades médias desenvolvida no primeiro momento. Considerando que os custos de aglomeração na Grande São Paulo tornaram-se pesados para as indústrias e que a excessiva concentração industrial nas imediações da capital paulista causavam pressões ambientais indesejadas, tem início um terceiro momento no processo de industrialização paulista, uma espécie de retorno ao interior, voltado especialmente para a industrialização fortemente ligada à agricultura. Conforme aponta Negri (1996), baseado em dados censitários:

A expansão e diversificação da agropecuária e da indústria paulista constituiu-se num importante determinante de aprofundamento do processo de interiorização industrial, que pode ser bem compreendido através de três indicadores importantes: o primeiro referente ao aumento do já elevado índice de concentração do valor da transformação industrial do ramo alimentício no interior, conforme mostram todos os censos industriais dos últimos anos: no período 1970/85, passou de 60,1% para 66%; o segundo refere-se à elevada participação da indústria alimentícia do interior, no total do respectivo ramo em nível nacional: em torno de um quarto do local; e o terceiro é o recente aumento da participação relativa na estrutura industrial do interior – de 12,4% para 13,2% no período 1980/85, quando se sabe que tem aumentado significativamente o peso relativo de ramos mais complexos, como mecânica, material de transportes e material elétrico e de comunicações, entre outros. (p.186)

Não se trata apenas do peso, destacado por alguns autores, do crescimento da indústria alimentícia no interior, naturalmente ligado à modernização da agricultura, mas também do impulso propiciado pelo Programa Nacional do Alcool – Proálcool –, especialmente na região de Campinas, tanto no que se refere ao aumento das áreas de cultivo de cana-de-açúcar, bem como aos incentivos na ampliação das indústrias de maquinário e de processamento da cana.

O Programa Nacional do Álcool, de iniciativa federal, teve sua primeira edição em 1974 e foi de fundamental importância para a consolidação da indústria do interior de São Paulo como a segunda mais importante do país, perdendo apenas para a Região Metropolitana de São Paulo. Proálcool forneceu subsídios para as indústrias de bens de produção, ligadas à agroindústria canavieira. Os principais objetivos desta política foram, além do desenvolvimento da produção e comercialização do álcool, gerar novos empregos no campo e o fortalecimento da indústria automobilística por conta da maior produção de veículos movidos à álcool. Sobre o impacto do Proálcool na industrialização do interior, Negri (1996) aponta:

(...) o Programa Nacional do Álcool impactaria positivamente a indústria do interior do estado de São Paulo em pelo menos dois aspectos: o *primeiro*, porque a indústria brasileira produtora de equipamentos para o parque sucro-alcooleiro tinha condições de atender a toda a demanda nacional sem precisar recorrer às importações e, mais do que isso, localiza-se no interior de São Paulo, mais precisamente nas regiões açucareiras de Piracicaba e Ribeirão Preto; e o segundo porque a dinâmica agricultura paulista respondeu mais prontamente que os demais estados ao Programa Nacional do Álcool. (p.187)

O Proálcool impulsionou a produção da cana-de-açúcar, promovendo incentivos em pesquisa para o melhoramento das mudas e aumentando a área de cultivo da planta. Ambos os fatores exerceram uma forte pressão sobre os pequenos proprietários de terra, pois estes não possuíam condições de acessar as tecnologias necessárias para a produção da cana e muito menos a amplitude de área necessária para que o cultivo se torne realmente rentável. Desta forma, muitos não resistiram ao assédio dos grandes proprietários de terra e dos usineiros e acabaram por vender suas propriedades. (TERCI et al, 2005, p.128).

Além da cana-de-açúcar, impactada pelo Proálcool, outras culturas como a Laranja e Soja tiveram um grande crescimento em área cultivada no estado de São Paulo. Tais culturas começaram a fazer parte da pauta de exportações do Brasil como produtos agrícolas transformados, o que foi possível por conta da intensa mecanização da agricultura promovida na época (1970-1980), bem como pelo

intenso investimento estatal em crédito para que os grandes produtores pudessem aumentar sua capacidade de produção.

TABELA 1 – Expansão da área cultivada e da produção Física de alguns produtos agrícolas de São Paulo: 1969/71 – 1979/81

Produtos	Área em mil Há.		Aumento em %	Produção Física em mil Ton.		Aumento em %
	1969/71	1979/81		1969/71	1979/81	
Café	784,3	989,9	26,2	414,0	502,4	21,2
Cana	737,9	1.366,9	85,2	36.066,7	72.180,3	100,0
Laranja	186,1	526,8	182,7	1.669,1	6.714,3	302,3
Soja	67,2	762,7	1.104,1	83,8	1.102,0	1.215,0

Fonte: NEGRI, 1996, p.185.

A Tabela 1 apresenta a evolução na área de cultivo dos produtos predominantemente voltados para o processamento agroindustrial e, em parte no caso especialmente da laranja e da soja, para a exportação. O caso da cana-de-açúcar revela o enorme impacto do Proálcool sobre a agricultura paulista: a área de cultivo deste produto passa, na década de 1970, a ser superior a todos os outros, bem como se mantém consideravelmente superior em produção física.

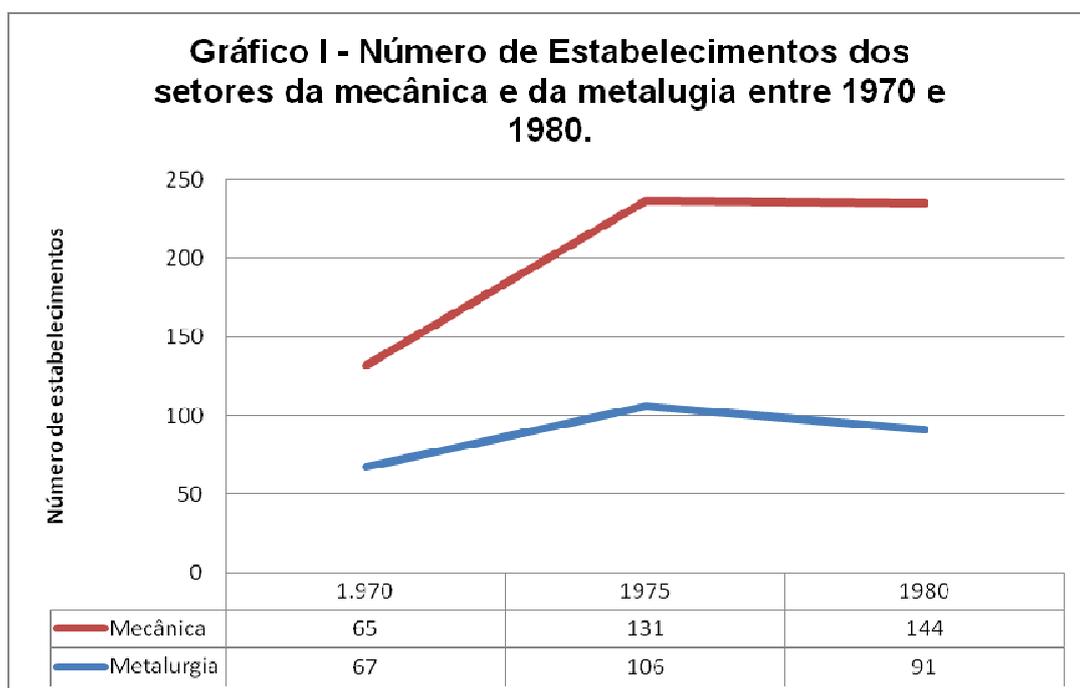
Considerando que quase todas as destilarias produzidas no Brasil com o incentivo do Proálcool, bem como boa parte do maquinário industrial para o processamento da cana-de-açúcar (Moendas, turbinas, aparelhos de caldeiraria, etc.), foram produzidas no interior de São Paulo, não se pode negar que esta política federal teve impactos decisivos na estruturação industrial do interior. Como exemplo, as duas únicas fábricas de destilarias do país na época se localizavam no município de Piracicaba e produziram, entre 1974 e 1983, 471 novas destilarias (NEGRI, 1996, p.187).

A cidade do Piracicaba foi especialmente impactada pelo Proálcool devido a sua forte ligação com a produção canavieira, desde a sua fundação. Datam de 1875 as primeiras modernizações que fizeram dos já existentes engenhos de açúcar, verdadeiras indústrias. A tendência histórica da economia de Piracicaba, fortemente ligada à produção da cana-de-açúcar, impulsionou a produção nas indústrias sucroalcooleiras, a indústria de transformação metalúrgica e a construção de um

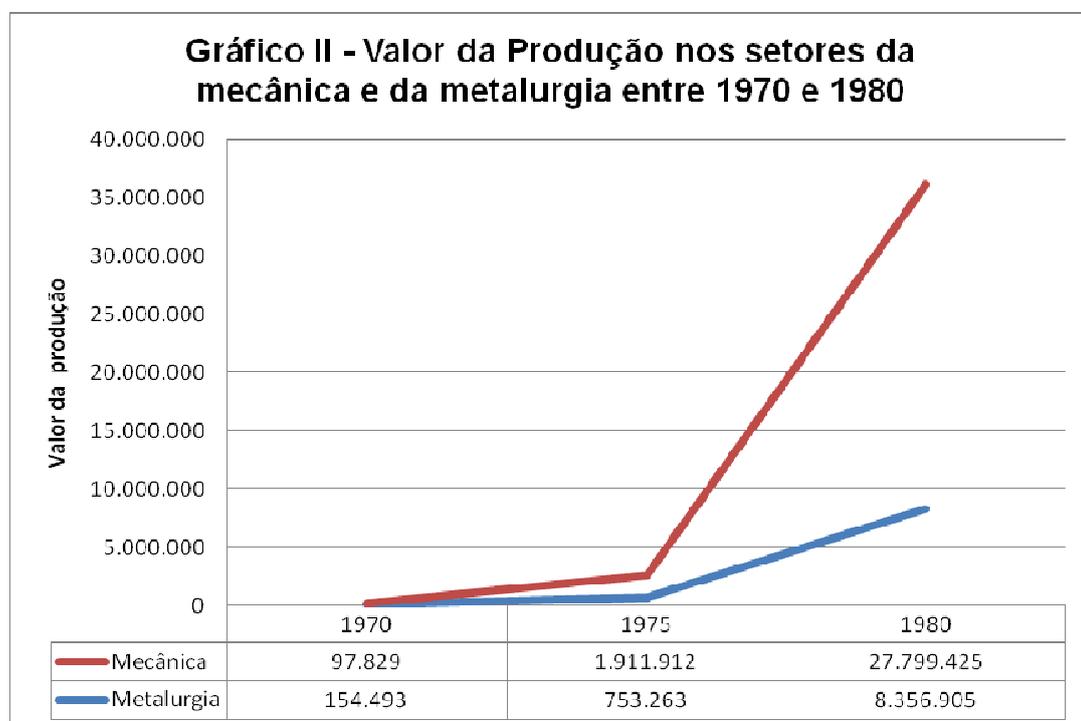
consolidado parque industrial no município. A partir da década de 1970, especialmente com o Proálcool, a área de cultivo da cana-de-açúcar se amplia, inclusive se sobrepondo a outros produtos agrícolas. Entretanto, o que mais destaca o município é justamente o fato de que este já possuía indústrias de máquinas para atender à indústria sucro-alcooleira, que conseqüentemente foram impulsionadas pela imensa demanda criada pelo Proálcool.

Conforme apontam os gráficos I, II, III e IV, foi expressivo o crescimento dos setores da metalurgia e da mecânica nos dados analisados. Tais setores são responsáveis pela fabricação do maquinário industrial para usinas e destilarias. Comparando os anos de 1970, 1975 e 1980, podemos notar que há um aumento considerável tanto no que se refere ao número de estabelecimentos apresentados no gráfico I. Para o setor de Metalurgia em 1970 havia 67 estabelecimentos, passando para 106 em 1975 e oscilando negativamente em 1980 para 91. Apesar dessa redução no último levantamento, este ainda é superior ao que era registrado em 1970. Esse declínio pode ser atribuído aos efeitos recessivos da crise brasileira, que de certa forma foram retardados nas regiões beneficiadas pelo Proálcool (TERCI et al, 2005, p.68). Para o setor Mecânico o aumento foi ainda mais relevante, sendo que passou de 65 estabelecimentos em 1970 para 131 em 1975 e para 144 em 1980, o que representa mais do que o dobro com relação a 1970.

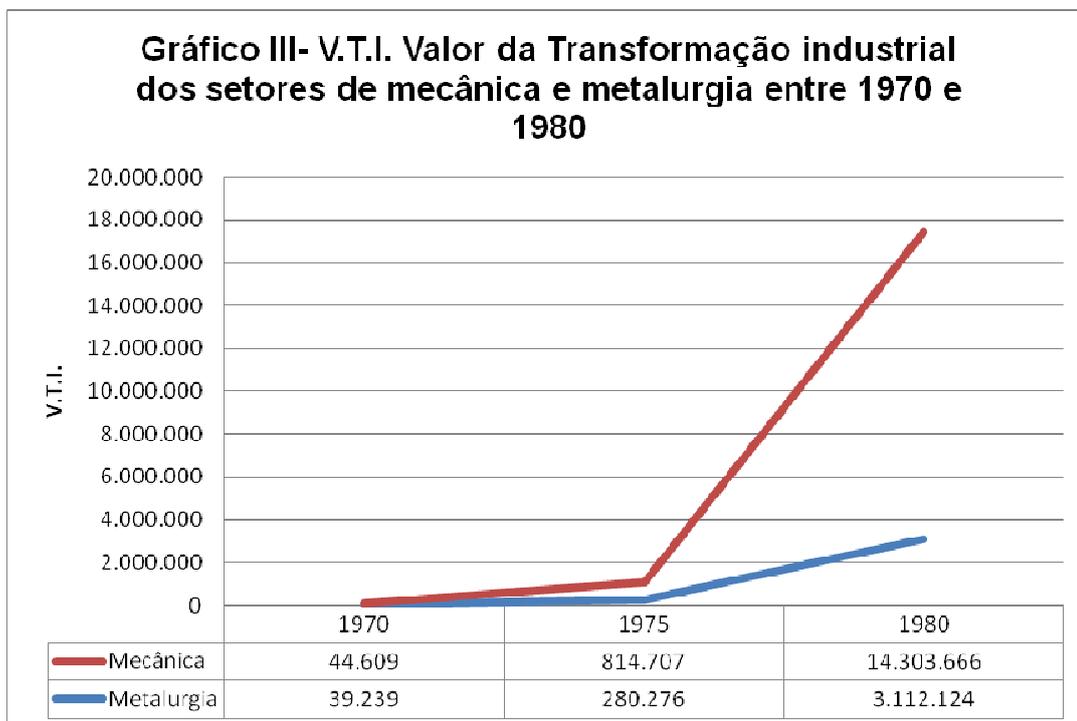
Números ainda mais significativos são apresentados com relação ao aumento no valor da produção e no VTI (Valor de Transformação Industrial), conforme podemos observar nos gráficos II e III. O número de trabalhadores empregados também cresce, tal como demonstrado no gráfico IV. Tais dados nos revelam a importante e decisiva participação do Proálcool para a indústria de bens de produção (máquinas, implementos, peças, equipamentos, etc.) no município de Piracicaba.



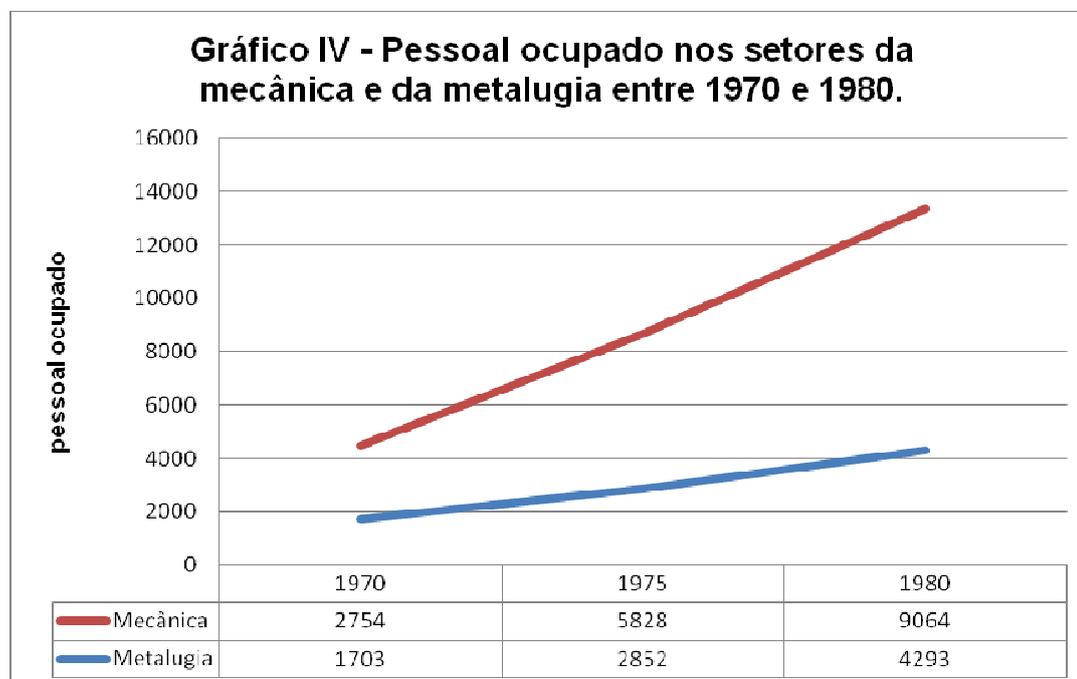
Fonte: TERCI, 2005. p. 69 – 71.



Fonte: TERCI, 2005. p. 69 – 71.



Fonte: TERCI, 2005. p. 69 – 71.



Fonte: TERCI, 2005. p. 69 – 71.

2. Políticas de “desconcentração”

O Proálcool foi uma iniciativa que compõe parte de um projeto maior: o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O PND teve duas versões (I PND e II PND), sendo que ambos tinham como principal objetivo a manutenção de um crescimento econômico acentuado por meio da otimização de investimentos em crédito e infraestrutura. O I PND (1969-1974) instituiu as primeiras regiões metropolitanas (Grande Rio e Grande São Paulo), bem como promoveu incentivos fiscais para o “desenvolvimento regional” do Norte e do Nordeste sob a coordenação da Sudam, Suframa e Sudene e contando com o apoio dos bancos oficiais – BNB, Basa, BNDE, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O Grande crescimento econômico do período foi batizado de “milagre econômico”, entretanto só foi possível à custa de um grande arrocho salarial, do endividamento externo do país e de uma violenta inflação.

O II PND (1975-1979), por sua vez previa continuidade destes projetos, bem como a criação de outros “que, de modo geral visavam a ações integradas fora do centro mais desenvolvido, que era São Paulo.” (NEGRI, 1996, p.141). Tratava-se de um Plano muito audacioso que conseguiu reduzir os níveis de concentração econômica, mas ainda à custa dos salários, da dívida e da inflação.

O que tais projetos não previam, entretanto, era a crise do petróleo a partir da década de 1970. A economia internacional sofre um forte impacto pelo forte aumento no preço do barril de petróleo, o que frustrou também as expectativas federais com o II PND. Considerando a dependência de petróleo para o desenvolvimento e consolidação dos investimentos industriais previstos no II PND, o governo federal teve de investir em tecnologia e infraestrutura para o desenvolvimento de um combustível alternativo, que permitisse, ao menos em parte, manter as metas do PND.

Desta feita, nasce o Proálcool com o principal objetivo de sanar as deficiências com combustíveis geradas pela crise do petróleo. Vale lembrar que o Programa Nacional do Álcool não estava previsto no II PND, mas acabou sendo um produto das suas necessidades de execução.

Além dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, várias outras medidas no sentido de promover a “descentralização” industrial marcaram o período entre 1970 e 1980. No nível estadual Negri (1996) identifica medidas de ordem *restritiva* e *persuasiva*. As medidas políticas de ordem restritiva se referem à um novo corpo de

leis que restringia a industrialização na área Metropolitana de São Paulo. A partir da década de 1970 o conjunto desta legislação promoveu uma inibição na ampliação de fábricas e a instalação de novas unidades industriais. Trata-se de leis relativas à proteção ambiental, ao parcelamento do solo, ao zoneamento industrial e à proteção dos mananciais em áreas metropolitanas, com especial atenção à São Paulo.

As medidas de ordem persuasiva, segundo Negri “(...) compreenderam, basicamente serviços de informações e de orientação locacional, colocados à disposição dos empresários visando colaborar para a decisão sobre onde investir nas principais cidades do interior.” (1996, p.184). Há que se destacar também que o governo estadual também adotou uma série de planos e programas de investimento em infraestrutura, especialmente no sentido de ampliar a malha viária no interior de São Paulo. Entre estes Planos, destacam-se o Programa de Cidades Médias e o Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento.

O Programa de Cidades Médias promoveu pesados investimentos em infraestrutura nas cidades do interior, com o principal intuito de “torná-los receptores de investimentos industriais privados, tornando-os opções privilegiadas em relação à Metrópole, uma vez que os custos de investimentos em infraestrutura urbana, nesta área assumiam proporções bastante maiores.” (NEGRI, 1996, p.183). Municípios como Campinas, Sorocaba, Americana, Piracicaba, Limeira, entre outros receberam investimentos deste programa.

Já o Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento previa investimentos na malha viária que ligaria a Região Metropolitana de São Paulo ao interior, de forma a tornar as cidades de porte médio capacitadas para o escoamento da produção em direção à capital.

Há ainda as “políticas atrativas” executadas pelos municípios do interior paulista, que incluíam isenção parcial ou total de tributos municipais, a construção de Distritos Industriais em locais privilegiados e dotados de toda a infraestrutura necessária para o capital industrial, e até mesmo a doação ou concessão de áreas a preços subsidiados.

Na região de Campinas a construção de distritos industriais foram parte da Política Urbana do Estado de São Paulo (TERCI et al, 2005) como forma de promover estímulo à economia da região e resolver os problemas urbanos paulistanos causados pelo crescimento da cidade de São Paulo. Na realidade, tal medida urbana não alcançou seu fim, pois o “caos urbano” da capital não é produto

exclusivamente do crescimento populacional devido a migração, mas sim, em boa parte, por conta da especulação imobiliária e de graves desigualdades regionais, não passíveis de serem resolvidas apenas com investimentos que priorizem as necessidades do capital industrial.

No caso da cidade de Piracicaba, além de ter sua industrialização fortemente influenciada por políticas federais (Proálcool), e por políticas estaduais (Programa de cidades Médias), o poder municipal também agiu por meio da construção do Distrito Industrial Unileste. Por meio da Lei 2039 de 06 de setembro de 1973 foi instituída a Unidade Industrial Leste de Piracicaba – o Unileste.

Estava previsto nesta lei que a prefeitura realizaria na área vias de acesso pavimentadas, rede mestra de água potável, extensão da rede de energia elétrica, duplicação e pavimentação da estrada municipal Monte Alegre/Itelipa até a rodovia SP-304 e serviços de esgoto. (TERCI et al, 2005, p.63)

Além desta, havia também a lei 1515, fundamental para a consolidação da vinda da Caterpillar para o município. Segundo a lei de 10 de maio de 1973, o Poder público estava autorizado a firmar convênios com entidades privadas interessadas em instalar-se na cidade, que previam “reembolso dos investimentos realizados com a aquisição dos terrenos, construção e instalação de equipamentos de estação de tratamento de efluentes industriais e despesas com preparo e terraplanagem do terreno.” (TERCI et al, 2005, p.63).

O resultado deste conjunto de políticas e de investimentos é que o interior de São Paulo tornou-se a segunda região industrialmente mais importante, superando o estado do Rio de Janeiro e ficando atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo. Segundo o que aponta Furtado (1986), embora a RMSP ainda concentre boa parte do Valor de Transformação Industrial (VTI), a partir da década de 1970 há um certo declínio nesta participação, absorvido essencialmente pelo próprio interior paulista:

(...), na década de 60, se mantinha ainda a dinâmica concentradora da indústria na metrópole paulista, já se podia observar que, no retrocesso relativo do conjunto das regiões administrativas, destacavam-se duas com dinâmica positiva: a de Campinas e a do vale do Paraíba, que passam a concentrar o essencial do retrocesso relativo do VTI da Grande São Paulo,

durante o período 1970-75; vale ressaltar que este foi considerável, pois passa de 75,3% para 69,2% do VTI estadual. Desses 6,0% que a Grande São Paulo perdeu, a maior parte dirigiu-se para campinas (+5,2%) e uma parcela menor para o Vale do Paraíba (+0,9%). (FURTADO, 1986, p.19)

A Tabela a seguir demonstra como o interior e São Paulo foi a principal região beneficiada pela descentralização industrial, com dados sobre o VTI da indústria de transformação:

TEBELA 2 – Distribuição espacial de indústria de transformação do Brasil, segundo regiões e estados selecionados – 1970/1990

Regiões e Estados	Distribuição Percentual do VTI da indústria de transformação				
	1970	1975	1980	1985	1990
Nordeste (menos BA)	4,2	4,5	4,4	4,8	4,5
Bahia	1,5	2,1	3,1	3,8	4,0
Minas Gerais	6,4	6,3	7,8	8,3	8,7
Rio de Janeiro	15,7	13,6	10,2	9,5	9,8
São Paulo	58,1	55,9	54,4	51,9	49,2
a) MetrÓpole	43,4	38,8	34,2	29,4	26,2
b) Interior	14,7	17,1	20,2	22,5	23,0
Paraná	3,1	4,0	4,1	4,9	5,7
Santa Catarina	2,6	3,3	3,9	3,9	4,2
R. G. do Sul	6,3	7,5	7,9	7,9	7,7
Outros estados	2,1	2,8	4,2	5,0	6,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: NEGRI, 1996, p.143

Embora estados como a Bahia, o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul tenham aumentado substancialmente a sua participação percentual no VTI nacional, o crescimento na participação do interior do São Paulo é o mais expressivo, passando de 14,7% em 1970 para 23,0% em 1990. Desta forma, as análises que apontam o processo de desconcentração industrial como uma espécie

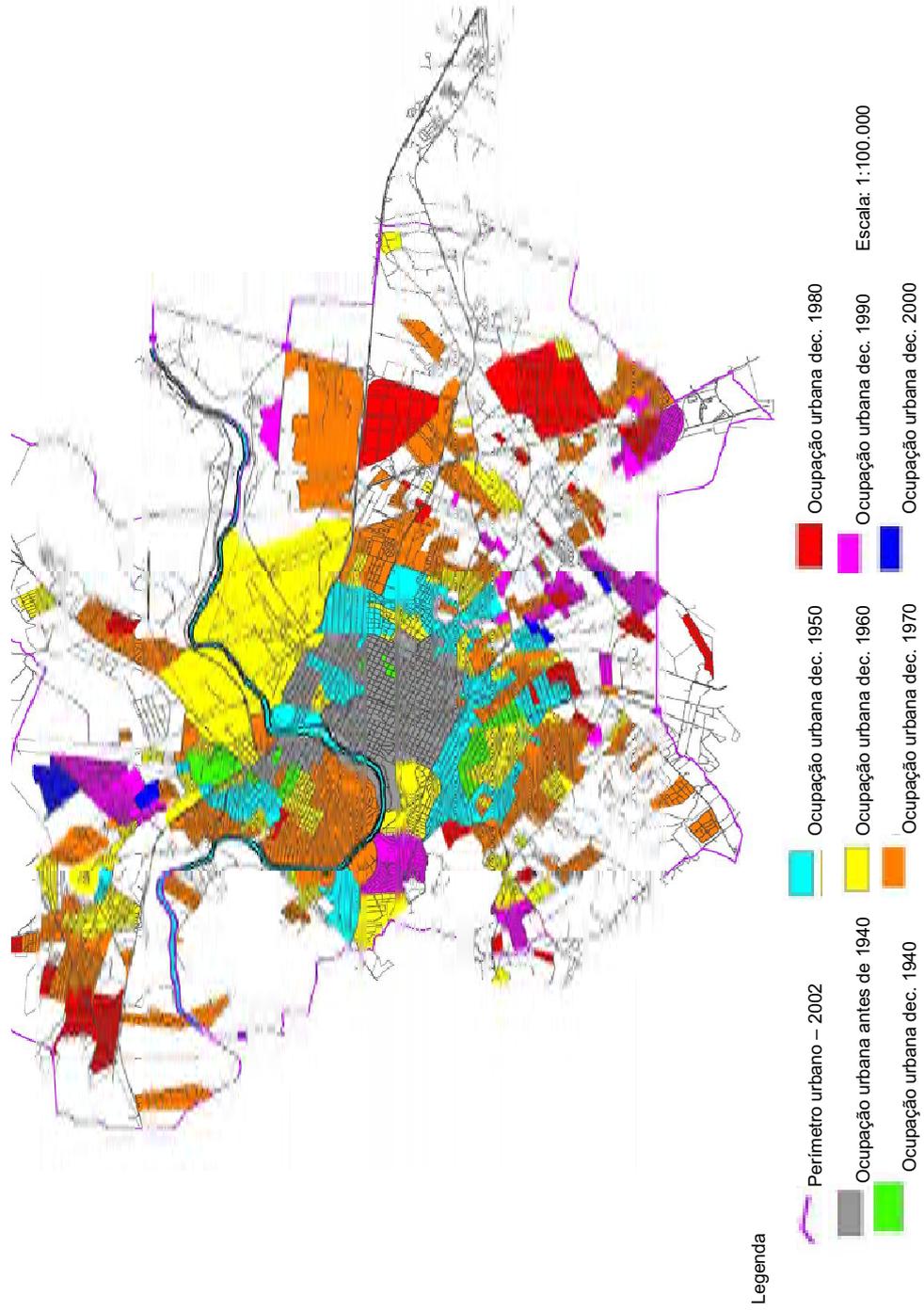
de “desconcentração concentrada” se apresentam como uma forma de interpretar o processo de industrialização entre as décadas de 1970 e 1990. Esta interpretação se baseia no fato de que o centro, neste caso a Região Metropolitana de São Paulo, não delegou para longe sua capacidade produtiva, mas manteve num raio de aproximadamente 150 km a “desconcentração” da sua indústria.

A interiorização do desenvolvimento, em consonância com o que já vinha acontecendo nas décadas anteriores, ocorre cada vez mais concentrada espacialmente, localizando-se sobretudo num raio de aproximadamente 150 km a partir do centro da RMSP, abrangendo as Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba, que, em conjunto com a RMSP, representam 82% do total de unidades industriais, 85% do pessoal ocupado e 90% do valor adicionado da indústria do Estado. (MATTEO e TAPIA, 2010)

Este perfil de “desconcentração” revela uma preocupação das elites regionais em não perder a posição de domínio, mantendo uma estrutura social de dominação. Desta forma, Furtado (1986) aponta este período como mais concentrador do que o anterior, pois privilegiou apenas algumas regiões em uma periferia próxima, como as regiões de Campinas e do Vale do Paraíba. Assim sendo, apresentamos aqui a defesa deste ponto de vista, considerando que se tratou de uma “desconcentração” apenas ilusória, uma vez que manteve concentrada a produção industrial em alguns eixos de desenvolvimento.

As regiões beneficiadas por esta “desconcentração” estão localizadas principalmente no interior do estado de São Paulo, sendo as principais as regiões de Campinas e do Vale do Paraíba, como já demonstrado. O movimento que levou à instalação das indústrias nestas regiões promoveu também uma acelerada urbanização das cidades que receberam essas indústrias. A cidade de Piracicaba é um exemplo deste período: a partir da década de 1970, quando desenvolve seu distrito industrial e recebe indústrias como a Caterpillar S.A. a cidade apresenta um crescimento populacional muito acentuado e a cidade também cresce horizontalmente, o que se reflete na ampliação da ocupação das áreas urbanas nas décadas de 1960, 1970 e 1980, conforme apresenta o mapa 1.

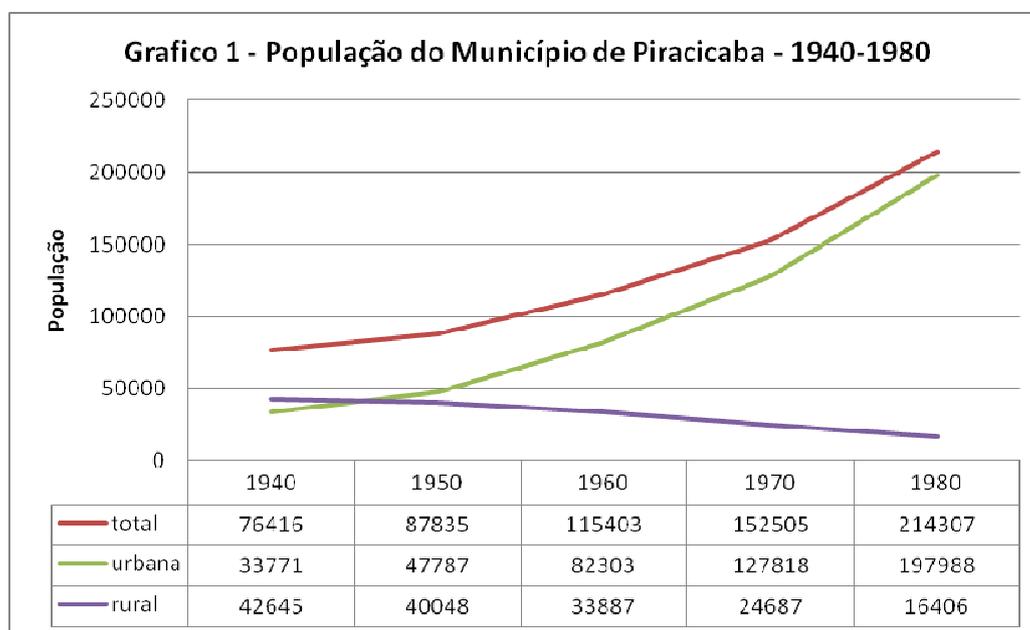
Mapa 1: Evolução da Ocupação Urbana no Município de Piracicaba



3. Favelização

Esse processo de industrialização no interior provocou um considerável impacto nas cidades, tanto no que se refere ao aumento da população urbana, quanto aos investimentos promovidos na época para que as cidades apresentassem infraestrutura capaz de receber as indústrias que chegavam. A esse respeito, Negri (1996) afirma que “Em 1980, o estado de São Paulo passa a contar com 34 municípios com mais de 100 mil habitantes (dos quais 11 fora da GSP), que concentravam 55,9% da população estadual em 1970 e quase dois terços no final da década.” (p.169).

O município de Piracicaba é uma entre as cidades que passa a ser cidade média já a partir da década de 1960, sendo que a população urbana supera a rural já em 1950. Tal perfil se deve muito ao fato de que a cidade já empregava muito no setor industrial antes mesmo das políticas de “descentralização” industrial. Contudo, o crescimento populacional do município e da área urbana especialmente foi mais acentuado entre 1970 e 1980, conforme aponta o gráfico 1.



Fonte: TERCI et al, 2005, p.60

A forte industrialização do período entre 1970 e 1980 é, em parte, responsável por tal aumento populacional, bem como por uma série de

reestruturas urbanas que Piracicaba sofreu no mesmo período como, por exemplo, a construção do Distrito Industrial Unileste. Desta forma, podemos afirmar que as políticas e processos econômicos que trouxeram o crescimento industrial para a região alteraram a dinâmica de produção do espaço urbano, uma vez que alteraram as relações sociais de poder por conta da territorialização de capitais externos advindos com a reestruturação produtiva. Segundo Sposito (2007) “a cidade se reconfigura com os impactos das novas formas de produção da cidade, seja pela renúncia fiscal, seja pelas novas centralidades ou específicas para a localização industrial ou para a produção de novos habitats urbanos.”

Esse crescimento bastante acentuado da cidade atraiu muitos trabalhadores expulsos do campo e que passaram a trabalhar especialmente na construção civil. Estes trabalhadores atuavam como “volantes” se revezando entre o trabalho urbano na construção civil e o trabalho agrícola, nos períodos de colheita da cana-de-açúcar.

Esta forma precária e instável de trabalho surgiu como única opção para os trabalhadores que foram pressionados a vender suas terras e, sem teto, seguir para as favelas que cresciam na cidade. De acordo com Scarfon (1979), na década de 1960 Piracicaba recebia migrantes de municípios vizinhos, o que demonstra que Piracicaba constituía-se num polo de atração regional. Segundo Siqueira:

Na cidade estas pessoas iam morar na periferia na condição de inquilinos em pequenas casas ou barracos. Isto é confirmado em pesquisa de campo realizada em 1992 nas favelas de Piracicaba que apontam que 42% dos moradores de favela são proveniente do próprio estado de SP, enquanto que somente 26% são de MG, 13% do PR, 9% da BA, 10% de outros estados. (SIQUEIRA, 1993, p.26)

Durante a década de 1970 o processo de industrialização se intensifica e atrai com ele ainda mais trabalhadores do campo. Segundo artigo publicado em 08 de abril de 1980 no jornal “O Diário” e citado por Siqueira, “a cidade recebia na década de 70, mais de 1000 migrantes anualmente, sendo que em 1977 este número chegou a 1337” (1993, p.27).

A concentração de terras no município é um dos principais fatores que levou ao aumento da população urbana. Com o desenvolvimento de tecnologia para a “modernização” do campo, a terra, que já era concentrada passou a ser ainda mais, pois os trabalhadores rurais que não eram proprietários perderam seus empregos e aqueles que eram proprietários e não tinham condições de manter sua produção

foram obrigados a vender suas terras. Isso é corroborado por artigo publicado no jornal “O Diário” em 08/04/1980 e citado por Siqueira:

“em Piracicaba cabe a menos de 200 pessoas o domínio de 71,3% das terras do município. Outras 1200 pessoas dividem o restante 28,7%. Entre a minoria que detém 71,3% destacam 15 latifundiários detentores de 18,2% das terras, numa cidade onde o número de habitantes já passava no ano de 1975 de 220 mil habitantes.” (O DIÁRIO, apud SIQUEIRA, 1993, p.25)

O aumento da população que se transferia para a cidade de Piracicaba incluía não apenas os trabalhadores expulsos do campo, mas também trabalhadores treinados para exercer funções na indústria e que já se mudavam junto com a fábrica e comerciantes que se instalavam na cidade com a promessa de sucesso na comercialização dos seus serviços e produtos. Estes trabalhadores e comerciantes apresentavam uma renda maior do que os trabalhadores vindos do campo. Assim sendo, os primeiros tinham maior possibilidade de pagar por alugueis ou pela casa própria, o que elevou os valores de imóveis residenciais em Piracicaba.



Os trabalhadores rurais que já haviam sido expulsos do campo sofrem agora uma nova expulsão: a do mercado formal de habitação. Esta marginalização conduz esta parcela da população a ocupar setores da cidade como margens de rios e córregos bem como áreas municipais consideradas áreas verdes. Siqueira (1993) aponta, segundo dados do IBGE, que 1979 a cidade de Piracicaba registrava um total de 23 favelas, ocupadas por cerca de 10.000 pessoas. Já no início da década de 1990 eram 53 favelas com cerca de 22.000 pessoas, aproximadamente 10% da população de Piracicaba, segundo dados da ASFAP.

Há que se destacar que não se trata tão somente de falta de imóveis para que a população tenha acesso ao aluguel ou a compra, mas sim a especulação imobiliária advinda da propriedade monopolística da terra, o que limita o acesso à possibilidade de pagar dos compradores. Desta forma, os proprietários de imóveis da época se aproveitaram da possibilidade de explorar especulativamente a terra, impossibilitando que se praticassem preços acessíveis de aluguel. Tanto é assim

que segundo trabalho de campo realizado por Siqueira em 1992 aponta que, para os favelados o impulso à ocupação das terras se deu pela impossibilidade de pagar o aluguel.

Pensado o caráter fundamental da especulação imobiliária para a produção deste espaço urbano em questão nos dedicaremos agora a uma pequena análise do tema.

4. Renda da terra e produção do espaço

Conforme poderemos analisar, o pensamento sobre a produção e o avanço das favelas está fortemente vinculado à especulação imobiliária. A especulação da terra urbana visa a valorização desta, de forma que as populações de baixa renda, afastadas da possibilidade de adquirir imóveis, são empurradas para setores afastados e pouco valorizados da cidade. Neste contexto é que são produzidas as favelas.

Por especulação entendemos “estocar algo na esperança de realizar uma transação vantajosa no futuro, quando, então, seu preço estaria superior ao preço atual. Este ativo, enquanto especulativo, se assemelha ao capital, embora não o seja, pois ele “valoriza” ou, mais propriamente, aumenta de preço” (KANDIR apud GONÇALVES, 2002, p.01).

Este estoque de terras se realiza por uma determinada classe possuidora, enquanto às classes pobres é negado o acesso à terra urbana. Os possuidores de terras acumulam na perspectiva de valorização e negam acesso à habitação urbana às populações pobres.

Dentro da economia capitalista de produção o acesso à terra (urbana ou não) se dá por meio da aquisição, pois essa se configura enquanto mercadoria (RODRIGUES, 2001). Desta forma, o acesso à terra é desigual e varia de acordo com as classes sociais. Assim, se há uma classe de proprietários de terras interessados em aguardar a valorização do imóvel urbano, às classes despossuídas só resta buscar alternativas para a moradia.

Esta especulação imobiliária gera dois grandes problemas ao espaço urbano e ao acesso à terra: a falsa escassez de terras urbanas e a supervalorização dos terrenos à venda. A falsa escassez promove a necessidade de expansão da malha urbana na busca por incorporar mais terrenos ao perímetro urbano, com a justificativa de sanar esta escassez que na verdade não existe. Ao mesmo tempo este processo promove a supervalorização dos imóveis que estão à venda, pois se acredita que estes são escassos.

Tanto a falsa escassez quanto a supervalorização são responsáveis pelo aumento na procura por formas de habitação ilegais. Isso se dá tendo em vista que a legalidade passa a custar caro. Podemos apontar, portanto, o avanço das favelas tem origem nas estratégias de especulação do mercado imobiliário.

Para compreender melhor esta relação entre valorização da terra, ainda que esta não seja capital, é necessário analisarmos a renda da terra enquanto conceito que colabora na compreensão da estruturação da especulação imobiliária.

4.1 Renda da terra urbana

Para compreender de forma adequada a questão da especulação imobiliária é de premente importância a discussão sobre a produção da renda da terra urbana. Esta vinculação tão estreita entre renda da terra e especulação imobiliária se dá pelo fato de que a especulação se apresenta justamente com vistas a apropriação desta renda.

A discussão sobre a renda da terra por muitos anos povoou a economia, tendo em vista o caráter diferencial de terra enquanto fonte de renda. Pode-se dizer que esta é geradora de renda mesmo sem ser considerada capital.

Tratamos aqui da idéia de valorização dos imóveis urbanos como principal objetivo da especulação imobiliária. No caso da propriedade imobiliária o “valor” que ela apresenta não é mais do que a renda que ela proporciona. O valor tem origem no processo produtivo, no qual o trabalho agrega valor aos produtos e gera lucro ao capitalista. “O capital gera lucro na medida em que preside, orienta e domina o processo social de produção” (SINGER, 1982, p.21).

Há que se destacar, contudo que o “capital” imobiliário é um falso capital, pois não baseia a sua renda no processo produtivo. A renda promovida pelo capital imobiliário têm origem na propriedade privada da terra e no monopólio do acesso à uma condição indispensável para o desempenho de determinada atividade.

Não nos dedicaremos aqui à renda da terra vinculada às vantagens locacionais para os setores produtivo e comercial, que daria origem ao superlucro que cada localização específica lhes proporciona. Nos interessa aqui pensar na renda da terra advinda da demanda de solo urbano para a habitação.

A valorização do solo urbano para habitação está vinculado à oferta de serviços urbanos como transporte, saneamento, escolas, comércio e pelo prestígio social da vizinhança, que “decorre da tendência dos grupos mais ricos de se segregar do resto da sociedade e da aspiração dos membros da classe média de ascender socialmente” (SINGER, 1982, p.27). Desta forma, o proprietário do solo urbano que opera a especulação visa auferir maior renda do imóvel na medida em

que crescem os serviços disponíveis nas imediações e que aumenta o prestígio da área.

Desta forma, podemos apontar que quanto mais valorizados os imóveis, mais difícil se torna para as classes menos abastadas o acesso a terra urbana contemplada com os serviços urbanos. Esta população é obrigada a buscar outras formas de habitar, muitas vezes ilegais.

Aqui nos deparamos com outra situação de valorização do solo por meio da incorporação de glebas rurais ao solo urbano. No caso que nos dedicamos a analisar na cidade de Piracicaba a incorporação destas glebas se deu de forma ilegal com o simples ocupação de terrenos e formação de favelas para moradia. O capital imobiliário se utilizou deste recurso de valorização (ainda que o tenha feito de forma ilegal) com vistas a obter maior renda provinda do solo. Isso se dá considerando que após a ocupação e formação das favelas as políticas públicas se operaram no sentido de destruir os barracos e aproveitar os terrenos para outros tipos de empreendimento, desta vez rentáveis. Desta forma a favela promove a transformação da terra rural (produtora de renda agrícola) para terra de interesse urbano, capaz de produzir maior renda do que o uso rural.

Parte IV – Movimento Social urbano: A Associação dos Favelados de Piracicaba



Foto 13: Barraco na região do bairro Vila Cristina. 1981. Fonte: Arquivo Pessoal de Dona Miriam e Prof. José Maria.

1. Movimentos Sociais e a Cidade

Propor uma análise a respeito dos movimentos sociais já significa considerar que há conflitos sociais que permeiam a sociedade e que há grupos que não se acomodam à ordem social e política existente. Por mais diversas que sejam as causas que impulsionam a mobilização social todas elas dizem respeito a uma insatisfação ou incompatibilidade de alguns grupos com determinada condição social, política, econômica ou cultural.

A organização em torno de movimentos sociais se realiza tanto entre as classes sociais mais abastadas quanto entre aquelas mais populares. Entretanto há conteúdos políticos qualitativamente distintos nas reivindicações dos movimentos sociais a depender da classe na qual ele se origina (GOHN, 1997, p. 250). Enquanto as classes abastadas têm suas reivindicações ligadas ao *status-quo*, os movimentos sociais das classes pobres tem suas reivindicações originadas da necessidade de participar das decisões políticas que atendam suas demandas por habitação, acesso à terra no campo, saúde, educação, etc.

Em geral as demandas dos movimentos sociais populares são impelidas por uma condição de exclusão criada pelo sistema capitalista de produção. Dentro da estratégia capitalista há classes e estratos de classe que historicamente são afastados da possibilidade de desfrutar de condições mínimas de vida tais como alimentação e habitação adequadas.

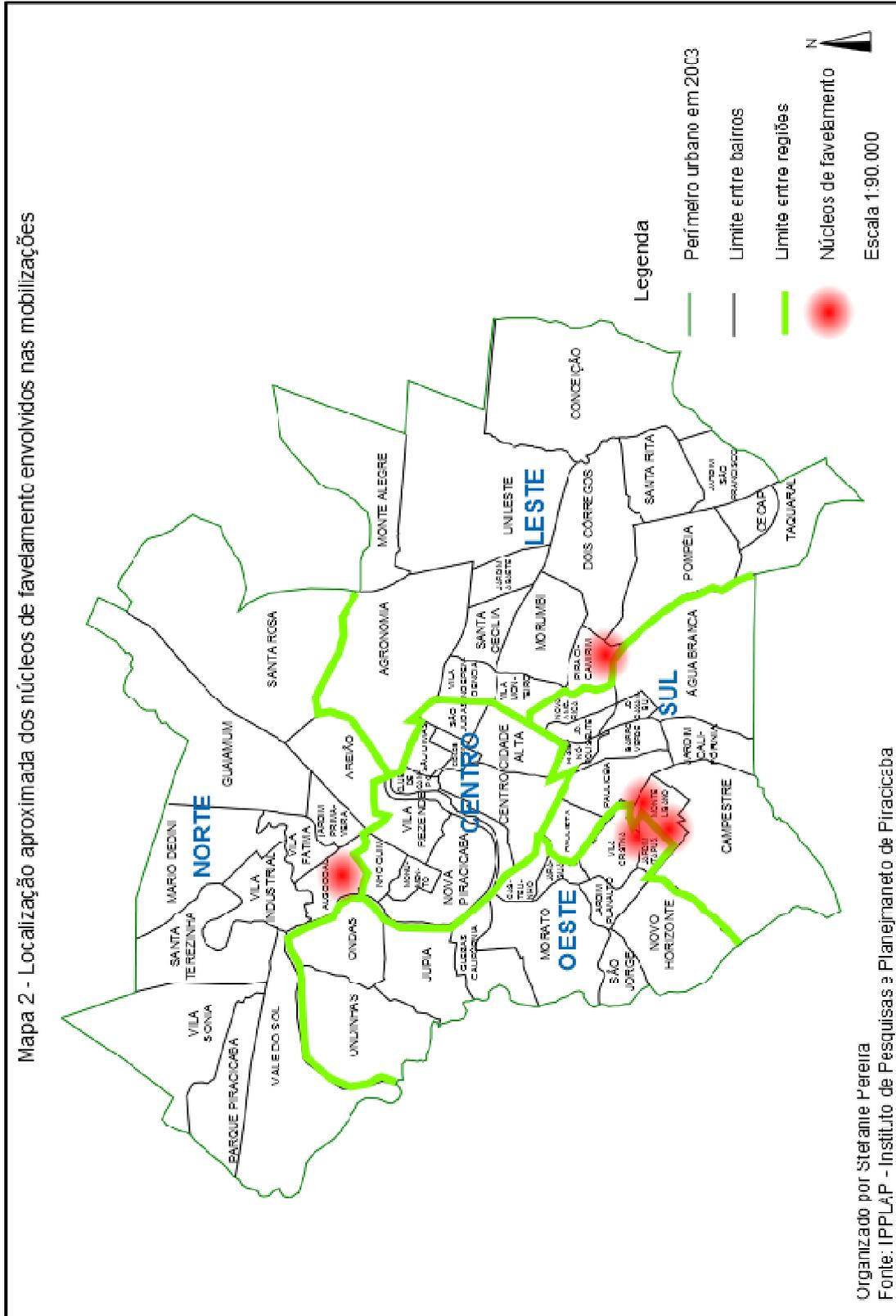
As cidades são um espaço onde se concretiza esta exclusão, espaço onde homens e mulheres são explorados por meio do trabalho e onde muitas vezes são excluídos do acesso à moradia ou ao transporte público de qualidade porque esta exclusão atende às necessidades do capital. Desta exclusão nascem os movimentos denominados movimentos sociais urbanos. Estes recebem este nome pois tem sua problemática ligada ao uso do solo, à apropriação e distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos (R. SANTOS, 2008, p.11).

Nos dedicaremos aqui à análise dos movimentos sociais urbanos relacionando-os a uma característica própria das cidades: a centralidade urbana. Considerando que a característica fundamental das cidades de promover aglomeração é altamente funcional a reprodução do capital, este a preserva e estimula. Entretanto nos propomos a pensar que a centralidade urbana também é fator de impulsão à formação de movimentos sociais. O espaço das cidades seria

então, segundo nossa hipótese, um lugar portador de possibilidades de transformação advindas das lutas desses movimentos.

Com a finalidade de corroborar nossa hipótese nos apoiaremos no estudo de caso da cidade de Piracicaba e da formação da Associação dos Favelados de Piracicaba (ASFAP). Tal corpo de mobilização social teve início com a crescente demanda por habitação gerada pela população que era expulsa do campo e atraída à cidade pela industrialização que despontava na década de 1970. Os núcleos da favelamento que participaram das primeiras mobilizações e da consolidação da ASFAP estão identificados no mapa que segue:

Mapa 2 - Localização aproximada dos núcleos de favelamento envolvidos nas mobilizações



Organizado por Stéfame Pereira
Fonte: IPPLAP - Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba

2. O Movimento que nasce na favela

Paralelamente ao processo de desenvolvimento da industrialização em Piracicaba é importante apresentar a situação da população que era expulsa do campo pela precariedade de trabalho rural e pressionada, desta forma, a buscar opções na cidade. Há que se destacar, sobretudo, que a mão de obra requerida para o emprego nas fábricas que chegavam à cidade deveria apresentar qualificação suficiente para a operação industrial. Desta forma, esta oferta de empregos gerada pelo crescimento industrial excluía a maior parte da população que se direcionava à cidade, e esta população, sem trabalho formal e sem renda passou a ocupar setores segregados da cidade, com pouca ou nenhuma infraestrutura.

A população que chegava à cidade vinha de diversas partes, mas principalmente de áreas rurais nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Segundo uma moradora a maioria entre os trabalhadores vinha para a cidade porque perderam suas terras ou por que não encontravam mais trabalho como boia-fria na colheita da cana-de-açúcar ou de café (no caso do Paraná). A maioria destes vinha para os locais onde já moravam alguns parentes e onde havia a promessa de trabalho como ajudante de pedreiro nas várias obras que aconteciam na cidade.

O povo vinha por que a coisa da cana tava muito difícil. O trabalho de boia-fria tava muito pesado e os donos (de terra) pagava muito pouco. Valia mais vim pra cidade e trabalhar na obra. Ganhava mais e era melhor pras crianças estudarem. O trabalho num era certo, mas sempre tinha alguma coisa. (Liderança do movimento, 2011).

Na medida em que a população da cidade aumentava e a sua ocupação se tornava cada vez mais intensa as situações de precariedade foram tomando maiores proporções colocando os novos moradores em situação de convivência sob as mesmas condições de opressão. As manifestações e reivindicações não tardaram a aparecer.

Na década de 1970 a resistência dos moradores se acirrou sob a ameaça de remoção das favelas por um projeto do prefeito João Hermam Neto. Em 1977 foi criado o projeto PROFILUB, que previa a demolição das favelas localizadas na região do Bairro Vila Cristina e a remoção de todos os moradores para lotes urbanizados, financiados em 25 anos e apenas com a unidade sanitária construída

(SIQUEIRA, 1993, p.32). A região destinada à nova alocação dos moradores era, na época, de difícil acesso e ainda sem serviços de transporte público e equipamentos sociais tais como escolas e hospitais.

Diante desta perspectiva, um grupo de mulheres do bairro Vila Cristina teve a iniciativa de primeiro discutir saídas para o problema da remoção das favelas. O projeto do prefeito Hermam Neto havia sido elaborado sem a participação dos moradores e a implantação do mesmo se dava de forma autoritária. Participantes do movimento relatam inclusive que os moradores apenas tiveram contato com o projeto no momento em que apareceram os tratores para derrubar os barracos. Segundo o relato de um professor que acompanhou o movimento desde o início desde o primeiro momento foi possível identificar as lideranças:

Foi muito dramático o momento da demolição. Os tratores chegaram lá (na favela do Monte Cristo) e os motoristas dos tratores é que foram avisando que iriam demolir (os barracos). Algumas mulheres se desesperaram, mas a principal foi a dona L. que jurou que não sairia do barraco e acabou levando com ela outras mulheres que precisavam defender suas casinhas. (Liderança do movimento, 2011).

A posição das mulheres que primeiro tiveram a iniciativa de se organizar em torno da resistência à remoção foi a permanência na terra. Esta permanência se baseava, para estas mulheres, no direito divino à posse da terra, segundo Siqueira (1993) “esta permanência se justificava num direito divino, baseado na fé em “Deus que prometeu a terra a todos os homens” em contraposição as leis terrenas que os excluía desse direito” (p.33). Desta forma, podemos afirmar que o fator *Ideológico* que primeiro uniu as trabalhadoras em movimento foi a religião e a crença num direito divino.

Como aponta Siqueira (1993, p.36) a organização do movimento dos favelados se dá antes de qualquer processo de demolição de favelas, entretanto quando se opera a primeira demolição os moradores percebem a necessidade de organizar-se em torno de uma associação. Tal associação recebeu o nome de ASFAP – Associação dos Favelados de Piracicaba.

“E foi neste contexto social que, em meados de 1977 começou a se esboçar os traços da organização do movimento favelado de Piracicaba, com o objetivo principal de luta pela posse da terra por eles ocupada, principalmente porque nesta época a Prefeitura, juntamente com o Governo do Estado, criava um projeto para remoção das favelas, que consistia em

loteamentos distantes, com apenas um banheiro em cada lote, e sem a participação da população que seria envolvida no projeto.” (FUNES, 2003, p.43)

O desenvolvimento da Associação não se deu sem problemas, sendo que um dos principais foi o preconceito dos próprios moradores favelados a se associar a um processo liderado por mulheres analfabetas e faveladas. Este descrédito cai progressivamente, conforme os trabalhadores sentem a necessidade de se associar à causa tendo em vista a possibilidade de perderem suas casas.

Apesar do protagonismo feminino na fundação do movimento vale lembrar que a participação da mulher na política ainda é reduzida. Não são poucos os relatos de movimentos sociais que tem seu início conduzido por mãos femininas, especialmente porque para a mulher a defesa da casa é a defesa da sua própria vida e da vida dos seus filhos. Entretanto as mulheres ainda não ocupam posição de representantes políticos oficiais, e na ASFAP não foi diferente: “os cargos considerados como principais na diretoria, como a presidência, na maioria das vezes é ocupado por homens, que consideram que as mulheres não podem dar direção ao movimento.” (SIQUEIRA, 1993, p.37).

Gostaríamos de chamar a atenção neste ponto ao tema central deste trabalho, sendo este a importância da centralidade urbana para a mobilização social. A participação feminina nos primeiros movimentos de resistência na favela dão indícios de que o local em que estas mulheres encontram a sua família e a necessidade de proteger este local começam a conferir a estas trabalhadoras o protagonismo de suas próprias vidas quando estas fundam a associação. A favela, criada no contexto de intensificação da centralidade urbana, dá possibilidades para que estas mulheres se encontrem, passem a se descobrir enquanto semelhantes e se transformem em protagonistas da sua história. Assim é possível observar no relato de uma moradora publicado por Siqueira (1993, p.37): “Antes de estar no movimento eu era como uma lagarta no casulo. Hoje sou borboleta, ganhei asas, saí das quatro paredes de casa e comecei a conhecer o mundo”

O movimento se consolidou, de forma que em 1982 se tornou legal nos termos estatutários sendo reconhecida enquanto associação. Os jornais locais publicam ao longo deste período uma série de reportagens acerca de protestos e mobilizações da Associação, o que revela um progressivo aumento importância dela frente o cotidiano da cidade e o fortalecimento dos seus atos.

Ao longo da década de 1980 e início da década de 1990 foram realizadas com a parceria da UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba – três Congressos da ASFAP com o objetivo de discutir e aprofundar os temas aos quais se dedicavam as reivindicações. Os temas dos congressos foram “Urbanização – Posse da terra, resistir e Urbanizar” (1983), “Uso real da terra e participação popular” (1986) e “Pelo direito à vida – uso real da terra, urbanização, saúde, educação”(1991). A intensidade da luta dos moradores fez com que estes se dedicassem a elaboração de um projeto de uso real da terra, entregue em 1991 para a câmara dos vereadores de Piracicaba.

3. Os Congressos dos favelados

Desde a conclusão do estatuto da ASFAP em 1982 até 1983 a associação promoveu uma série de manifestações públicas, passeatas e assembléias pela cidade que foram amplamente divulgadas pelos media locais. Em 15 de Julho de 1983 tem início o I Congresso dos Favelados de Piracicaba. A realização do congresso, que conta com o apoio da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) já demonstra uma mudança na concepção que o favelado têm de si mesmo e da ocupação que realizou para a sua moradia. Se antes a posse da terra era justificada como direito divino, agora os trabalhadores já começam a interpretar o reconhecimento da posse da terra como um direito que deve ser garantido “na lei dos homens”. É ai que se funda a ideologia do I Congresso.

Segundo publicado pelo Jornal de Piracicaba em 14 de julho daquele ano o Congresso contaria com a participação de figuras como Dom Paulo Evaristo Arns, bispo de São Paulo, Zwinglio Mota Dias, pastor presbiteriano no Rio de Janeiro, Chopin Tavares de Lima, secretário do interior do estado de São Paulo e Fernando Henrique Cardoso, então presidente regional do PMDB. A presença destas personalidades reflete a importância da ASFAP no momento, tanto para lideranças religiosas de perfil progressista quanto para lideranças políticas de importância estadual na época. Grupos favelados de outras partes do país como Salvador (BA) e Distrito Federal também compareceram, o que denota o reconhecimento da associação também por parte de outros movimentos populares no Brasil.

Por ocasião deste congresso o então prefeito de Piracicaba Adilson Maluf entregou à Associação dos Favelados de Piracicaba um projeto habitacional, no qual a administração previa a implantação, já no ano seguinte, de um projeto que removeria a população favelada dos locais ocupados para lotes urbanizados em outros bairros. Esta proposta não diferia muito daquele projeto que deu início às mobilizações, mas agora a prefeitura reconhecia que era necessário dialogar com a população para evitar os protestos por parte da ASFAP.

No dia 19 de Julho de 1983 o Jornal de Piracicaba publicou na íntegra o documento elaborado pela assembléia reunida no evento. Este documento previa o reconhecimento de cinco propostas:

1. **Ficar na terra ocupada:** “Aqui já temos nossas raízes e na favela nós tivemos nossos filhos e temos amizade com vizinhos, alguns de nós já tem água luz, Centro comunitário, creche, escola, ônibus, asfalto, que suamos

para conseguir. Temos nossas raízes, já estamos acostumados ao local. (...) não é justo que em cima de tanta terra nós não tenhamos um pedacinho necessário para nossa sobrevivência, *com tanta terra sem uso, apenas para satisfazer poucos.*”(Grifo nosso)

2. **Terra gratuita:** “Viemos da zona rural, quando chegamos na cidade não tínhamos documentos, experiência de serviço, não tínhamos profissão e arrumamos emprego de servente de pedreiro, bóia fria e o pagamento é mínimo, não dá condições de vida. (...) A atual *política econômica injusta gerou um grande número de desempregados e o aumento da favela*, por isso a maioria não pode pagar a terra” (Grifo nosso)
3. **Queremos terra para morar:** “Terra que pode ser vendida torna na mesma confusão porque a *especulação imobiliária vai se apoderando da terra do favelado*, aproveitando da honestidade das pessoas e enganando-as com coisas materiais ou algumas parcelas aparentemente compensadoras em dinheiro que se acabam de repente.” (Grifo nosso)
4. **Melhoria da Terra pelo Estado:** “Fazer saneamento básico na favela é *responsabilidade do Estado* e traz melhoria a toda a cidade, evitando doenças, sujeiras, inundações. Os aterros são necessários, em algumas favelas, para evitar o risco de vida e terraplanagem para facilitar a medição do terreno e aproveitar mais a terra.” (Grifo nosso)
5. **Sugestões para construir a moradia:** “Dividimos as responsabilidades com o Estado assumindo o compromisso de construção de nossas casas. Vamos construir dentro de nossas possibilidades, não vamos hipotecar nossas vidas para construir uma casa. Contando com o nosso esforço construiremos um novo bairro, coisa fácil, uma vez que *construímos o Brasil com o nosso trabalho.*”¹ (Grifo nosso)

É possível observar por meio dos trechos destacados que as falas dos membros participantes do congresso refletem conhecimento sobre aspectos como a concentração de terras improdutivas, a origem da formação das favelas, atribuída à política econômica injusta, a especulação imobiliária que ameaça a permanência do favelado na terra, a responsabilidade do Estado frente à garantia de direitos sociais

¹ Publicado no Jornal de Piracicaba em 19 de julho de 1983, página 9. Foram selecionados trecho do documento para apresentação.

como o saneamento básico, e o reconhecimento do seu papel de trabalhador frente à construção do Brasil. Estes elementos contidos no discurso do documento evidenciam que a participação dos trabalhadores no movimento social proporcionou a eles maior compreensão sobre os processos que os colocaram na condição de favelados. Se antes a interpretação estava ligada à religiosidade (que ainda está presente) agora ressalta elementos sociais e políticos.

Em Janeiro de 1986 acontece o II Congresso dos Favelados de Piracicaba, com o tema “Uso Real da terra e Participação Popular”. Tratou-se de um congresso com discussões ricas, que marcam uma transição: os debates locais são articulados a discussões mais amplas, de nível nacional. O destaque deste congresso está, na verdade, nos seis meses que precederam o encontro, nos quais foram realizados grupos de trabalho com discussões elaboradas por integrantes da Unimep nos núcleos de favelas com seis cadernos que orientaram os eixos políticos do congresso: Uso real da Terra, Plano de Urbanização; Reforma Agrária; Política Municipal; Novos Projetos e Novas Relações.

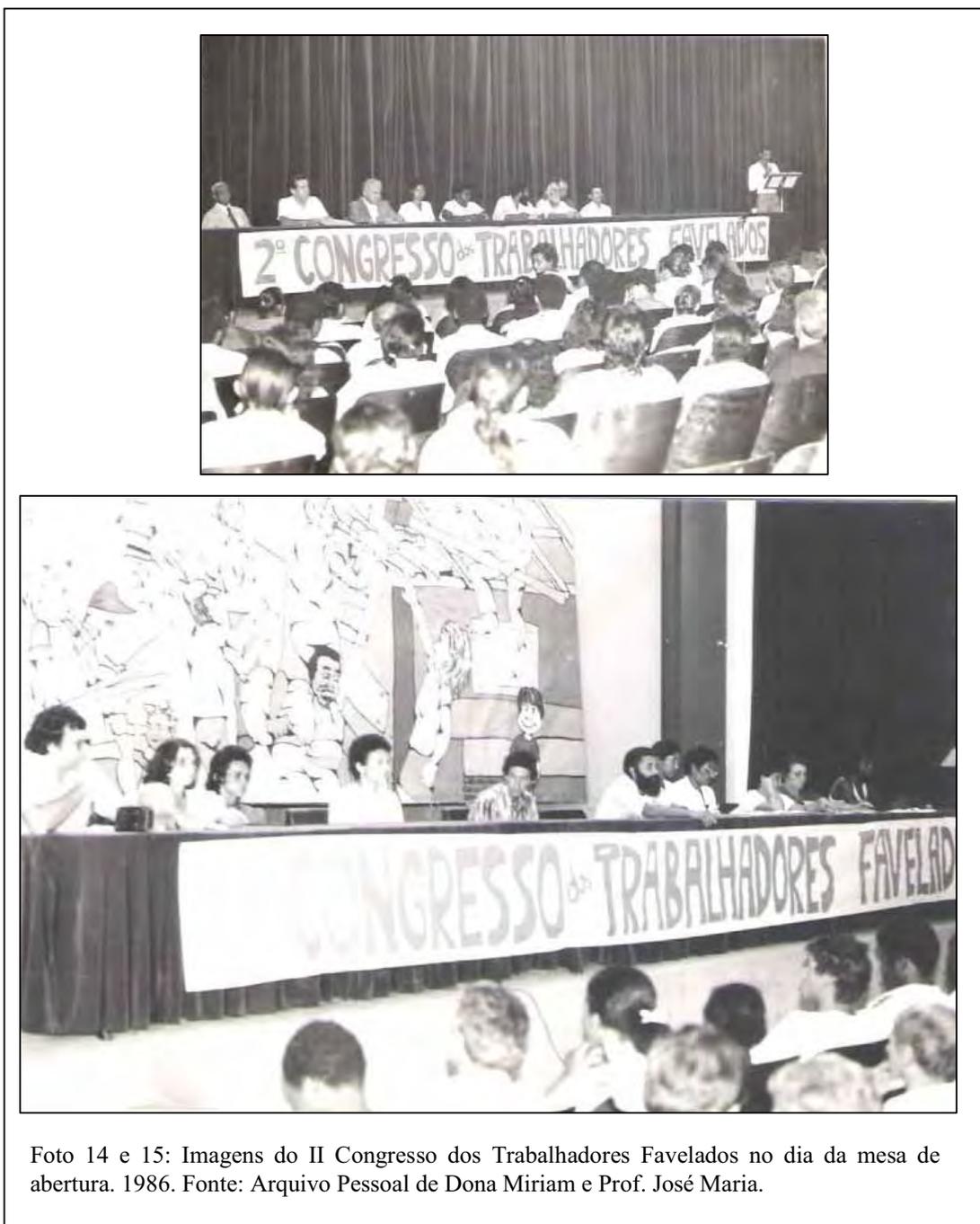
Estes debates realizados nos núcleos de favelas foram fundamentais para que todos os membros da associação estivessem iniciados nos debates que ocorreriam no congresso. Desta forma, durante o congresso todos os participantes já conheciam os temas a serem tratados. Há que se destacar a importância destes debates para o aprofundamento político dos moradores e principalmente para a alfabetização de muitos deles.

Muitos homens tinham vergonha de não saber ler. Eu já fui falando que não sabia por que eu queria entender melhor as coisas que agente conversava. Foi bom pra agente naquela hora mas também quando resolvemos fazer a fábrica de blocos. (Liderança do movimento, 2011).

Mais uma vez o Jornal de Piracicaba publicou na íntegra os documentos elaborados pelo II Congresso dos favelados de Piracicaba no dia 26 de janeiro de 1986. Foi publicado o anteprojeto do uso real da terra, a plataforma da Asfap para os próximos dois anos e a carta do congresso, que foi enviada ao congresso Nacional, pedindo maior participação dos favelados na preparação da Assembléia Nacional Constituinte.

O anteprojeto do uso real da terra inclui 24 artigos que apresentam critérios para a concessão de terras aos favelados e foi entregue à Câmara Municipal de Piracicaba. O documento prevê como ponto primordial a concessão gratuita da terra por período de 99 anos.

A mudança no discurso da associação fica evidente na plataforma de lutas da entidade para os dois anos seguintes. São citados os movimentos sindicais, de negros, de mulheres, de jovens e de deficientes físicos, o que demonstra uma preocupação política mais ampla que aquele que moveu o I congresso. Embora a questão da habitação ainda seja central, o discurso apresentado no documento vai além desta preocupação local.



As bandeiras de luta aprovadas no II Congresso foram:

1. Urbanização: Foram definidas questões técnicas como medição de lotes e de favelas bem como a definição do papel dos moradores nesse processo.
2. Projetos da ASFAP: os projetos da associação incluem agora não somente questões relacionadas a habitação (como a já realizada fábrica

de blocos de cimento para a construção das residências dos favelados) mas também projetos de alfabetização.

3. Relação com entidades e instituições: São citados diversos movimentos sociais além da Igreja, da Universidade além de setores do Estado contanto que não interviesses na autonomia da associação.
4. Reforma Agrária: Foi destacada a importância de incorporar a luta pela reforma agrária como forma de conter o êxodo rural e garantir a produção de alimentos.
5. Constituinte: pressionar os parlamentares para que os direitos dos trabalhadores sejam garantidos pela nova constituição
6. Política Municipal: Pensar a articulação do movimento com os integrantes do governo além de pensar na possibilidade de lançar candidatura própria para a Câmara Municipal.²

É possível observar a mudança no perfil de reivindicação do movimento, sendo que o próprio documento apresenta uma linguagem mais elaborada, citando leis e dados mais complexos. Fica evidenciado que o movimento está mais maduro, elaborando articulações a diversos movimentos e a instituições variadas, mas apresentando preocupação com a autonomia da ASFAP.

Em 1987, por conta das eleições municipais o movimento se divide com a candidatura de dois participantes do movimento (o presidente e um importante assessor) que se candidatam a vereadores e disputam os votos na favela. A disputa eleitoral acaba por desestabilizar o movimento no seu momento de maior maturidade e influência.

Os conflitos internos tornam-se públicos por meio dos media da cidade especialmente quando o assessor, candidato a vereador, é eleito e o antigo presidente da ASFAP não, retornando para a associação como vice-presidente.

A partir de 1989 tem início um período conturbado para a ASFAP, momento em que começam a ser divulgadas denúncias que apontavam a associação como incentivadora de ocupações de áreas verdes de propriedade da prefeitura. Segundo Siqueira (1993, p.58) “Os jornais da cidade, publicavam neste período quase que diariamente, notícias que denunciavam a ocupação de áreas verdes, responsabilizando o então vice-presidente da ASFAP de liderar tais ocupações”. O

² Análise do documento publicado no Jornal de Piracicaba em 26 de janeiro de 1986, páginas 3, 4 e 5.

avanço desta campanha difamatória tinha o objetivo de derrubar a credibilidade da associação frente à opinião pública. Associado a essa campanha dos media uma série de crises se abateu sobre a associação, e esta foi sufocada pela pressão do poder público e da imprensa.

Em meio a esta crise política em novembro de 1991 é elaborado o III Congresso dos Favelados de Piracicaba, com o intuito de recobrar a credibilidade do movimento frente à população. Embora o congresso tenha realizado debates pertinentes como “Meio Ambiente e Favela” e “Uso Real da Terra, a inconstitucionalidade da um direito a vida” muito pouco foi divulgado, especialmente quando comparado aos congressos anteriores. Apenas uma pequena nota no Jornal de Piracicaba dava mais destaque a uma possível (mas não comprovada) inconstitucionalidade do projeto de uso real da terra defendido no II Congresso e, depois de rejeitado na câmara municipal, retomado no III Congresso.

A forma como a imprensa tratou o movimento já na década de 1990 denota que havia já uma campanha política para a desestabilização do movimento, incluindo uma campanha para criminalizá-lo como invasor de áreas verdes e reduzindo a importância do projeto de uso real da terra, tão caro aos membros do movimento e tão rico na sua elaboração desde as bases da população favelada. Esta campanha demonstra também que a importância política do movimento crescia consideravelmente e se tornava mais consistente, o que poderia ameaçar o *status quo* das lideranças políticas da época.

O que nos interessa pensar aqui é se podemos afirmar que uma consciência de classe já se elaborava dentro do movimento por meio da solidariedade de classe desenvolvida na favela. Este é o ponto crucial para a compreendermos o processo que se desenvolveu na favela e que será analisado a seguir.

Parte V – Centralidade urbana na favela e classes sociais

1. A favela e a centralidade urbana

A mobilização social, seja ela de que gênero for, não se realiza a menos que haja um grupo que se relacione de alguma forma e se identifique diante de algo que os inquieta e que motiva a mobilização. A ideia central do presente trabalho é justamente afirmar que, tendo por base o fato de que a mobilização social depende do estabelecimento de relações entre os grupos e a sua identificação e a construção do conflito gerador da luta de classes, a centralidade exercida pela cidade apresenta importância determinante para o florescimento e/ou a organização dos movimentos sociais.

A cidade, tendo enquanto característica a possibilidade do encontro, propicia a mobilização das pessoas contra aquilo que as oprime. Por outro lado pode-se justificar que tal afirmativa é contraditória, pois a mesma cidade que propiciaria o encontro é o espaço onde se realiza a opressão contra a qual os grupos se rebelam, ou seja, se a centralidade não existisse com toda a sua possibilidade de aglomeração, propícia ao capital, jamais seria necessário que houvesse alguma rebelião contra o capital.

A dialética entre capital, cidade e urbano está centrada em uma contradição essencial: a produção das contradições de reprodução social do capital (a cidade) é, ao mesmo tempo, o da produção das condições que irão colocar em xeque o próprio funcionamento daquilo que foi produzido e organizado para atender a produção de valor. Nesse sentido, a produção do espaço urbano, em um dado momento histórico do desenvolvimento do capitalismo, caracteriza-se por essa contradição essencial que faz com que a cidade se constitua como fragmento articulado, espaço de lutas sociais e representação simbólica das relações sociais desiguais. Portanto, o direito à cidade, na visão de Lefebvre, implica também em uma distinção desta contradição essencial, ou seja, a cidade do capital, opressora, segregada, monopolizada pelos interesses privados e, por outro lado, a cidade do (des) encontro, do conflito e da luta contra o capital.

O que nos ateremos agora é à importância desta contradição para a emancipação do homem. O movimento de concentração da população nas cidades se dá de maneira bastante violenta removendo as pessoas do campo e as aglomerando nas cidades. Além disso, a forma como os estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora se alojam nas cidades é ainda mais violento à dignidade

humana em grande parte dos casos. Entretanto, a exposição a uma nova realidade e um novo espaço, cercado por aqueles que sofreram o mesmo processo, produz a possibilidade de uma nova consciência, finalmente a emancipação. Esta nova consciência vai além da realidade antes vivida fora das contradições da cidade. Segundo Santos:

“Quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta. A consciência pelo lugar se superpõe à consciência no lugar. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história” (SANTOS, 2008, p.330)

Desta forma, o espaço da favela se apresenta enquanto possibilidade de encontro e identidade entre aqueles que partilham da mesma realidade. A favela é um produto do tratamento da cidade enquanto “valor de troca”, de maneira que é um produto da estrutura social que se impõe ao espaço. Apesar de tal afirmação podemos apontar também que a cidade tem “valor de uso” para seus moradores, uma vez que eles partilham deste espaço para a manutenção da própria sobrevivência.

A centralidade a que Lefebvre se refere, e que é central em nossa análise, trata-se da capacidade da cidade em possibilitar o encontro. Conforme analisamos este encontro é gerador da sociabilidade que os sujeitos necessitam para tornar possível a mobilização social. Há que se considerar que os espaços que a cidade apresenta enquanto teóricas possibilidades, tais como as praças e esquinas, têm perdido sua capacidade aglutinadora graças a ação do capital em dissolver a potencialidade política destes espaços incentivando os “encontros” que tem por finalidade o consumo (shoppings, magazines, praças de alimentação). Se observarmos as praças de nossas cidades poucas se apresentam enquanto locais de lazer e de reunião das pessoas, de maneira que se tornaram espaços escassos e abandonados, referência de perigo e insegurança.

Essa constatação com respeito aos espaços públicos urbanos pode desacreditar a ideia de que a cidade seja mesmo o local de encontro. Contudo, gostaríamos de ressaltar que a favela, criada graças ao poder concentrador da

cidade, tem a capacidade de recriar as possibilidades para o encontro e desenvolvimento da identidade de classe.

O espaço da favela não pode ser considerado um espaço ideal e ser “romantizado” como um lugar perfeito para a classe trabalhadora viver e construir suas experiências. Trata-se de um espaço injusto e produto da segregação sócio espacial de maneira que a sua reprodução deve ser combatida considerando-se principalmente o fato de que a favela não oferece condições dignas a sobrevivência de quem quer que seja. Contudo não se pode negar que a favela é hoje o espaço onde se encontra a maior parte da “classe-que-vive-do-trabalho” e por isso acaba por se tornar um espaço propício à eclosão de movimentos sociais, seja por causas pontuais como a habitação e asfaltamento, mas com possibilidades de tornar-se mais profunda e politizada conduzindo à consciência de classe.

Com relação à potencialidade da favela como espaço político há ao menos dois tipos de críticas recorrentes e que procuram desacreditar esse espaço como espaço de construção de identidades. Por um lado há os que alegam que a favela não pode ser analisada como espaço homogêneo e essa heterogeneidade dificultaria a elaboração dos movimentos sociais neste espaço. Outra crítica que analisaremos aqui é a que alega que a apatia é o sentimento mais comum entre os moradores da periferia, desacreditados com a possibilidade de qualquer transformação social.

Com relação à primeira fonte de objeções apontada, diferentemente do que possa parecer, de fato, a favela não é um espaço homogêneo, nem do ponto de vista de seus habitantes nem dos espaços que a compõe. Ao contrário, a favela reúne grande variedade de trabalhadores, desde aqueles com salários que permitiram a compra da sua moradia na favela em locais “privilegiados” até desempregados que vivem de serviços esporádicos e que sobrevivem em moradias precárias. Da mesma forma que a cidade é dividida de acordo com as classes sociais a favela também é fracionada por conta da heterogeneidade daqueles que vivem nesse espaço.

No caso da ASFAP as favelas envolvidas do movimento apresentavam características populacionais e de infraestrutura semelhantes internamente e entre si. Tratava-se de ocupações bastante precárias (em geral de madeira ou material de refugo da construção civil) e sua população era formada principalmente por trabalhadores rurais que vieram para a cidade em busca de trabalho na construção

civil. A condição iminente de expulsão dos favelados de suas moradias fez com que estes se unissem em prol da manutenção de suas moradias. Certamente as semelhanças no repertório de experiências entre os moradores acentuou a construção da identidade do grupo, mas a realidade com a qual se confrontavam fez realçar essas semelhanças e eclodir com a elaboração do movimento.

Desta maneira pretendemos apontar que apesar da composição heterogênea da maioria das favelas existem momentos nos quais é possível a construção da identidade com base situações extremas de opressão e violência e, desta forma, criarem-se as condições necessárias ao desenvolvimento dos movimentos sociais. Neste sentido, Feltran (2005) analisa as potencialidades políticas da favela, apontando para as possibilidades de superação dos conflitos:

Quando distintas concepções, mundos distintos, apresentam-se em contradição e com espaço para exporem seus conflitos de modo igualitário, reconfigura-se um campo discursivo e público no qual a política existe e os sujeitos aparecem. Figura-se um mundo comum, criam-se espaços públicos na sociedade, que tem a tarefa fundamental de desnaturalizar a miséria, a desigualdade e o consenso dessa paisagem, o que certamente buscam os movimentos sociais. (FELTRAN, 2005, p.114)

Há inúmeros exemplos de mobilizações que ocorrem na favela e são próprias dela, tais como o movimento cultural do Hip-hop. Não pretendemos aqui nos aprofundar na análise deste rico movimento, apesar de reconhecermos a sua importância para a construção política dos sujeitos na periferia das cidades brasileiras, mas apenas aponta-lo como um demonstrativo do potencial político e cultural que nasce na favela. O Hip-hop é vivido nas periferias construindo a identidade entre os sujeitos que o compõe, superando possíveis barreiras geradas pela heterogeneidade.

Outro tipo de resistência que há entre os que desacreditam as lutas sociais na favela é a alegação de que é frequente entre os moradores das periferias (não só entre os favelados) a apatia com relação à possibilidade de transformação social advinda das lutas sociais. Com relação a esta alegação é necessário considerar a boa quantia de realidade de sua proposição, porém, apesar da aparente “apatia” existente na favela é justamente este o local onde eclode boa parte de movimentos cidadãos reivindicatórios. Não necessariamente estes movimentos reivindicatórios

podem ser caracterizados como lutas sociais, mas são o suficiente para descaracterizar a aparente apatia dos moradores das favelas, especialmente aqueles que sobrevivem nas condições mais precárias e, portanto, mais necessitados de transformações.

Há que se considerar, entre outras coisas, que existe de fato uma dificuldade em partir de momentos efusivos, de grandes questionamentos e crises na favela para a construção do movimentos sólidos e com reivindicações mais elaboradas e baseadas não apenas nas necessidades imediatas dos moradores mas em análises mais profundas da estrutura da sociedade. Os momentos de crise são fundamentais para a construção do movimento, mas a simples existência dessas crises não corresponde à inauguração de uma luta social. Aqui é o momento no qual gostaríamos de direcionar nossa análise para o papel da Universidade frente aos movimentos sociais.

Não pretendemos prescrever um receituário para a ação das universidades e muito menos direcionar as universidades a agirem como responsáveis pela organização dos movimentos. Apenas aqueles que vivem as crises que levam às primeiras reivindicações e “primeiros passos” do movimento é que podem saber quais os rumos a serem tomados. Em nossa interpretação à universidade cabe o papel de acolher os debates que inquietam a sociedade, contribuindo na elaboração de projetos políticos para o movimento e que contribuam para a descoberta dos militantes enquanto sujeitos políticos capazes de transformar a realidade para além de suas reivindicações pontuais.

2. A elaboração da consciência de classe na favela

Considerando as condições sob as quais a população da periferia de Piracicaba estava submetida, podemos considerar que a centralidade urbana que produziu o ambiente da favela se apresenta como parte das condições objetivas que conduziram a população favelada piracicabana a constituir-se enquanto classe. Antes de tudo é necessário esclarecer as nossas conclusões no que se refere à postura do movimento com relação à suas reivindicações. Uma das discussões fundamentais se dá em torno do seguinte questionamento: há de fato a construção de uma classe e da consciência de classe ou se se trata apenas de uma convergência de interesses no que se refere à questão da habitação?

Se retomarmos a história da Associação é possível perceber que o fato que primeiro une os moradores é a necessidade de preservar suas casas da possibilidade de demolição. Seria então uma convergência de interesses, uma vez que eles se associam para afastar a possibilidade de remoção e principalmente manter-se nos terrenos ocupados até aquele momento. Entretanto, a possibilidade de iniciar alguma negociação com a prefeitura para preservar as moradias e executar planos de melhorias não foi o suficiente para frear a ação do movimento. A insatisfação com o plano proposto e principalmente a inclusão de outras favelas no movimento reivindicatório fez com que o movimento se fortalecesse no propósito de manter as moradias e passar a reivindicar também a posse dos terrenos ocupados.

A ação da Universidade Metodista de Piracicaba em apoiar o movimento por meio de um setor ligado à educação promoveu uma transformação real nas condições de luta da Associação. Essa ação de extensão da universidade fez com que os favelados passassem a ver-se enquanto trabalhadores diante de um processo de exploração promovido pelo capital imobiliário e executado pela prefeitura do município. A universidade teve então participação decisiva para o início do que classificaremos como luta de classes.

Quando nos referimos à luta de classes o fazemos no sentido em que apresenta Edward Thompson. Desta forma, consideramos que antes mesmo dos moradores da favela poderem se identificar enquanto classe as ações da universidade em busca de formação política dos favelados deflagrou a luta de classes.

Segundo essa perspectiva, no momento em que os moradores começam a se aprofundar no reconhecimento dos demais favelados, na identificação da sua origem semelhante, das experiências semelhantes, do cotidiano da favela compartilhado eles começam a se reconhecer enquanto um grupo em oposição a outro grupo, no caso a classe capitalista proprietária. Desta forma, deixa de ser uma questão simples de resolução pontual com o reconhecimento da posse dos terrenos e se torna uma questão mais ampla de oposição de interesse entre os grupos que se reconhecem, ou seja, as classes.

O teor dos documentos que resultaram dos três congressos dos favelados, realizados entre 1986 e 1991, demonstra que as preocupações dos militantes não se limitavam mais apenas ao reconhecimento da posse dos terrenos ou mesmo ao direito à habitação, mas perpassam outros temas tais como o apoio aos movimentos sindicais, de negros, de mulheres, entre outros. Além disso, a forma de discussão do tema da habitação toma outras proporções atingindo discussões e análises mais aprofundadas sobre estes temas, tais como a questão da função social da propriedade.

Um exemplo importante com relação ao aprofundamento político do movimento é o fato de que uma das bandeiras do II Congresso diz respeito a projeto de alfabetização dos moradores da favela. Há relatos de vários moradores que aprenderam a ler dentro do movimento com finalidade de participar das discussões promovidas pelos grupos de trabalho realizados antes dos congressos. Esses grupos de trabalho que antecediam os congressos incentivavam a alfabetização, além de alfabetizar politicamente também.

A prática de debater a respeito das condições do cotidiano da favela faz com que as experiências dos moradores fossem expostas e tornadas bandeiras para o movimento. Além disso, durante os grupos de trabalho os moradores tiveram a oportunidade de conhecer a realidade de outros movimentos como o movimento dos sem-terra, com o qual a maioria dos moradores se identifica por conta da sua origem rural e de expulsão do campo.

Há que se destacar que os documentos produzidos entre os Congressos já identificam os moradores favelados como pertencentes da classe trabalhadora e identificam grupos responsáveis pela concentração de terras, por uma política econômica injusta, o que, em nossa interpretação aponta a identificação, por parte dos membros do movimento, do grupo ao qual eles se opõem e que é responsável

pela situação que conduziu os trabalhadores para o estabelecimento de suas moradias em locais precários e excluídos da urbanização “regular”.

Compreendemos que a categoria de Classe é constituída por meio de processos históricos e que conduzem certo grupo a uma identidade em oposição a outro grupo. No caso em questão compreendemos que o grupo de moradores favelados de Piracicaba se une e passa a planejar suas ações justamente no momento em que passam a se identificar diante das mesmas condições objetivas (a condição de trabalhador em processo de “despejo”) contra determinado grupo de proprietários que obtém o poder sobre os terrenos em questão.

A categoria de classe, uma vez considerada como produto de um processo histórico não pode ser tomada como categoria estática, estando sujeita aos movimentos do próprio processo histórico. Desta forma, pretendemos pensar a categoria de Classe considerando as possibilidades de releitura de acordo com o momento histórico. Segundo Thompson, quando a categoria é tomada sob um viés positivista é produzido um pensamento distorcido:

Em uma difundida tradição sociológica, geralmente de cunho positivista, classe pode ser reduzida a uma pura e simples medida quantitativa: tantas pessoas nesta ou naquela determinada relação com os meios de produção, ou, em termos mais grosseiros, “x” ou “y”, tantos assalariados, tantos “colarinhos-brancos” e por aí vai. (THOMPSON, 2001, p.270)

Considerando a impossibilidade de tratar a “definição” das classes desta forma estanque compreendemos que o grupo de trabalhadores que nos propomos a observar pode ser analisado sob a categoria de classes. Nossa conclusão a esse respeito é produto da interpretação, baseada em Edward Thompson, de que as classes são produzidas no momento da luta, quando os sujeitos em questão se identificam na sua história, suas experiências e condições atuais de vida. Desta forma, a luta de classes ocupa um lugar central da análise, sendo que a categoria de classe social surgiria depois, dentro do processo de luta.

No caso em questão isso se torna evidente, pois é o próprio movimento de luta que constitui a grupo que resultará na ASFAP e essa luta se dá contra um opositor identificado: os proprietários de terras urbanas representados pela ação do Estado na figura do poder municipal. Com relação à categoria de luta de classes

esta toma posição dianteira com relação à categoria de classes, uma vez que as classes surgem no justo momento da luta:

Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe (Thompson, 2001, p.274).

Edward Thompson foi criticado em suas análises de classe pois alguns consideravam que ele subjulgava a importância das relações sociais de produção para elaboração das classes. Na verdade, Thompson adota um elemento explicativo importante que reúne as relações sociais de produção com as ações dos indivíduos: a experiência. Segundo a análise de Aquiles (2011, p. 16) “A “experiência” seria o elo entre a totalidade das relações sociais de produção e o resultado das “situações” vividas pelo ser social.”.

Desta forma, Thompson considera que as relações sociais de produção são parte inseparável dos sujeitos, pois estão embutidas em suas experiências. Ainda segundo a análise de Aquiles sobre a obra de Thompson:

Na medida em que, historicamente, os sujeitos “experimentam” situações determinadas pela totalidade das relações produtivas, podem se unir/organizar em torno de interesses e projetos comuns, em oposição a interesses e projetos distintos. Nota-se, nesse caso, a imbricação entre as estruturas, os sujeitos e a história enquanto processo para a formação de classes. (AQUILES, 2011,p.17)

Ainda dentro deste aspecto gostaríamos de adentrar em uma análise muito cara a alguns marxistas ainda hoje e sobre a qual pretendemos despertar alguns questionamentos. Para a teoria marxista clássica o proletariado industrial (produtivo) seria o responsável pela realização da revolução socialista, pois esse proletariado é que comporia a classe de oposição à classe burguesa. Desta maneira, Marx apontava que o ambiente da fábrica seria o ambiente mais promissor para a identificação dos trabalhadores e da elaboração do fenômeno de classe. Isso se daria porque o ambiente de convivência da fábrica promoveria uma convivência próxima dos trabalhadores e, conseqüentemente a realização de certa “solidariedade de classe”.

Há que se considerar que com a superação do taylorismo/fordismo os espaços das fábricas foram transformados, de maneira que não se pode dizer, como antigamente, que os espaços da fábrica propiciam a identificação dos trabalhadores. O modelo de produção que superou o taylorismo/fordismo recebeu o nome de Toyotismo, ou modelo japonês, que traz consigo um conjunto de formas que pretende intensificar a exploração do trabalho. Uma das principais características desse novo modelo é a informatização de boa parte do processo produtivo e a acumulação flexível que, segundo Antunes,

fundamenta-se num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada de computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção” dos “times de trabalho”, dos trabalhos em grupo “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, na verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. (ANTUNES, 1998, p. 52).

As transformações citadas por Antunes nas formas de organizar a produção trouxeram grande impacto sobre as possibilidades de surgimento da “solidariedade de classe” no espaço da fábrica. A introdução ampliada dos computadores no processo produtivo, como cita Antunes, acabou por reduzir o número de funcionários necessários para executar determinadas tarefas produtivas, de forma que a convivência entre os trabalhadores foi substituída pelo trabalho solitário do homem com as máquinas. Além disso, a mudança no discurso que passa a tratar os trabalhadores como “times de trabalho”, dentro de um suposto “envolvimento participativo” dificulta a identificação dos trabalhadores enquanto classe. Isso se dá pelo fato de que se torna mais difícil para os trabalhadores se identificarem como um grupo em oposição a outro grupo, ou melhor, uma classe social em oposição a outra classe.

Há que se considerar que, embora dificultadas as condições para a elaboração da consciência de classe entre os trabalhadores no ambiente da fábrica não consideramos que as classes estejam se dissolvendo e, muito menos que tenha se reduzido o conflito capital trabalho. Conforme o que aponta Antunes é necessário

reconstruir a categoria de classe tomando por base as novas formas de organização da produção. Não vamos nos aprofundar no que se refere à noção ampliada de classe trabalhadora definida por Antunes, mas apenas gostaríamos de apresentar esta noção ampliada com a finalidade de aprofundar nossa análise de identificação dos componentes do movimento da ASFAP enquanto pertencentes a esta classe trabalhadora.

Para Antunes, esta noção ampliada da classe trabalhadora inclui todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho, sejam empregados em trabalhos produtivos (geradores de mais valia) ou trabalhos improdutivos, estejam eles empregados no mercado formal, informal ou mesmo desempregados. Essa ampliação da noção de classe apresenta uma dificuldade importante para a consolidação da consciência de classe: a heterogeneidade da classe trabalhadora:

Ao contrário, entretanto, daqueles que defendem o fim do papel central da classe trabalhadora no mundo atual, o desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta transição do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho. E, desse modo, procurar articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)sociabilização. (ANTUNES, 1999, p.25)

Com relação a este aspecto, gostaríamos de retornar a nossa análise da importância da centralidade urbana para o surgimento e/ou consolidação dos movimentos sociais. O elemento espacial que possibilitaria o desenvolvimento de “laços de pertencimento” de classe não estaria mais no ambiente da fábrica, haja vista a heterogeneidade da classe trabalhadora nos dias de hoje. Se considerarmos como parte desta classe desde os trabalhadores produtivos até os desempregados, passando pelos trabalhadores informais devemos considerar que eles não mais compartilham o espaço da fábrica, mas pelo contrário, o espaço da fábrica tem distanciado os trabalhadores que vivem nele graças à introdução de equipamentos informatizados na produção.

As análises realizadas até aqui nos conduzem à ideia de que o espaço urbano e principalmente o espaço da favela seria um ambiente propício à construção dos “laços de pertencimento” de classe, tal como denomina Antunes. Certamente é

importante destacar que não se trata de afirmar que todos os moradores da favela irão se unir em torno da sua identidade de classe, mas sim que esse espaço se apresenta como elemento de identidade entre os moradores, que são, em sua maioria, pertencentes a esta “classe-que-vive-do-trabalho”.

O movimento que deu origem à ASFAP e que surgiu na favela pode ser um exemplar desse processo, uma vez que reuniu em torno da causa da habitação sujeitos pertencentes à classe trabalhadora. Há que se destacar que em um primeiro momento não é a causa trabalhadora ou a causa da classe que os une, mas a construção das mobilizações em torno da causa da habitação os conduziu a reconhecerem-se enquanto trabalhadores vitimados pelo mesmo processo de exploração do trabalho, além do processo de opressão pelo cerceamento ao acesso à moradia.

O ambiente da favela, um produto da centralidade urbana, cria hoje espaços propícios ao encontro dos semelhantes e a construção da “solidariedade de classe”. Essa construção não é algo que ocorre de forma tranquila, mas pelo contrário, é um produto de uma série de violências sofridas pelos moradores das favelas. A violência a qual nos referimos não é apenas a violência física que parte do crime organizado e do aparato de segurança do Estado, mas a violência da exploração do trabalho e da opressão que conduz os moradores da favela a condições de vida muitas vezes degradantes.

Desta forma, ao falarmos da favela como local propício ao encontro não pretendemos defender esse espaço como sendo um espaço positivo. Trata-se de um espaço onde é possível o início da construção da luta de classes, sendo que esta luta buscaria a superação da favela por meio da sua transformação, uma vez que esse espaço é produto de uma sociedade desigual que seria combatida dentro da luta de classes.

Dentro deste contexto gostaríamos de pensar o papel da universidade dentro da construção destes movimentos sociais. No caso da ASFAP a presença da UNIMEP foi de extrema importância para a construção da consciência política dos sujeitos dentro do movimento. Entretanto é importante destacar que não se tratou de uma intervenção que acompanhava o movimento como espectador, nem mesmo pretendia liderar as ações do grupo. Tratava-se de uma intervenção educadora e baseada na pedagogia freireana, tal como destacou uma participante da época:

Estávamos entusiasmados com a ideia de trabalhar na prática aquilo que prevê a 'pedagogia do oprimido' de Paulo Freire. A realização dos grupos de trabalho que antecederam os congressos foram muito gratificantes e nos ensinaram muito sobre a importância da experiência de vida das pessoas como uma coisa que ensina mais do que a escola. (colaboradora do movimento, 2010).

Esta intervenção realizada pela universidade é um exemplo importante para as possibilidades da universidade frente aos inúmeros grupos que começam a se formar nas favelas e ocupações urbanas e rurais, mas que acabam por perder força. O combate a esses grupos surge de diversas formas seja por violenta repressão camuflada pelos veículos de informação, seja pela cooptação realizada por grupos políticos interessados em "abafar" as manifestações. A Universidade (em especial a universidade pública) tem o potencial de acolher estes debates, de participar da mobilização destes grupos e auxiliar na construção de mobilizações mais sólidas e de sujeitos políticos conscientes de seu potencial transformador da sociedade.

Dentro deste contexto a geografia em especial tem um papel fundamental visto que é uma ciência social capaz de pensar a sociedade em relação com o espaço e principalmente capaz de analisar o potencial da aglomeração das favelas na construção da luta de classes.

A guisa de conclusão

O objetivo principal deste trabalho, demonstrado desde o seu projeto de execução até a presente conclusão, se encontra na ideia de que o conceito de centralidade urbana é um elemento importante para a compreensão da eclosão de movimentos sociais. Cada parte neste trabalho pretende dar conta de esclarecer nossa posição com relação a esse objetivo, de maneira que buscamos fazê-lo de maneira a fundamentar no concreto do cotidiano da favela nossa posição com relação aos movimentos sociais.

A centralidade urbana pode ser definida enquanto possibilidade do encontro, tal como apresenta Lefebvre e como temos retomado ao longo de todo o trabalho. Esse encontro é o que possibilita a formação dos movimentos sociais, pois é no encontro que se torna possível a evidenciação de diferenças e semelhanças entre os sujeitos. Desta maneira, defendemos que o encontro, potencializado na centralidade urbana, é aquele que permite a construção da luta de classes que levará então à elaboração da consciência de classe.

Neste trabalho consideramos a centralidade urbana como elemento fundamental para a formação da favela. Isso se dá uma vez que a favela é criada graças à força de aglomeração que a cidade tem e que se desenvolve principalmente com vistas à reprodução do capital. Desta maneira a favela é produto da centralidade urbana e acaba por reproduzir o seu potencial de encontro também nos espaços da periferia das cidades.

Há que se destacar que ao final de nossas análises acabamos por concluir que o “encontro” propiciado pelo ambiente da favela é mais promissor para a elaboração da consciência de classe do que os espaços comumente conhecidos pelo seu potencial de encontro como os espaços públicos da praça. Na favela o encontro se torna mais violento no sentido de colocar próximas as agudas experiências dos favelados. Essas experiências poderiam ser apontadas como elemento aglutinador das classes que hoje tem perfis tão heterogêneos, mas que encontram no espaço da favela elementos de luta em comum.

O caso da Associação dos Favelados de Piracicaba é um exemplo bastante evidente do quanto a realidade da favela se torna um potencial agregador entre os seus moradores e com possibilidade de ir além das reivindicações das suas necessidades imediatas. É importante destacar que a transformação mais efetiva se

dá não no espaço que é transformado pelos moradores, mas sim nos próprios moradores, que passaram a identificar seu potencial transformador.

As pessoas entrevistadas durante o desenvolvimento deste trabalho demonstram orgulho e sentem-se parte de todo o processo de formação e desenvolvimento da associação. Não pretendemos aqui nos aprofundar nas razões que fizeram com que o movimento perdesse força entre seus membros, mas apenas apontaremos que o movimento perde força no momento em que a prefeitura instaura espaços institucionalizados de reivindicação. As antigas lideranças do movimento apontam que o fim da associação está relacionado à redução das favelas no município, mas as entrevistas nos fazem crer que se tratou na verdade da institucionalização dos espaços de reivindicação que fez com que os sujeitos fossem perdendo a sua posição central no processo de reivindicação e que perdessem o interesse em participar acreditando que tudo o que fosse necessário seria alcançado pela boa vontade da prefeitura.

O poder público tem o potencial de dissolver as mobilizações de diversas maneiras, contudo essas mobilizações continuam se estruturando nas favelas das cidades brasileiras graças a possibilidade de encontro realizada nestes espaços. Um dos objetivos que delineamos ainda na fase de redação do projeto dizia respeito à identificação de elementos que pudessem contribuir para o avanço de outros movimentos sociais na cidade. Ao final das nossas pesquisas podemos concluir que o elemento que faz parte da história da ASFAP e que pode contribuir com outros movimentos é a participação da universidade como colaboradora na estruturação destes movimentos. Destacamos aqui que a universidade não deve ser fonte de receita para os movimentos, mas sim que ela pode ser um elemento decisivo de apoio para esses movimentos.

Dentro deste aspecto vale destacar o papel da geografia enquanto ciência social no apoio a estes movimentos. A necessidade de aprofundamento da compreensão do fenômeno da mobilização social urbana é imprescindível tendo em vista a sua importância frente às possibilidades de transformação da cidade. Compreender de que forma esses movimentos são gerados sob as condições do cotidiano urbano se revelam como importante participação da produção acadêmica da geografia à sociedade. Desta forma o presente trabalho conclui que a produção acadêmica em geografia pode (e deve) contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais com fins de aplicação para a transformação da cidade.

As proposições contidas neste trabalho podem despertar críticas e questionamentos entre geógrafos e outros cientistas sociais. Tais questionamentos são um resultado importante para este trabalho, pois demonstrará que ao menos conseguimos despertar entre os geógrafos o interesse em pensar os movimentos sociais. Desta forma, esperamos que as ideias contidas aqui abram novas possibilidades para a geografia, especialmente neste momento em que as crises do capitalismo se tornam mais frequentes e dramáticas para a população.

A cidade de Piracicaba está passando por um processo muito semelhante ao ocorrido das décadas de 1970 e 1980 de expansão urbana ligada ao crescimento industrial. A população está crescendo e existe a tendência ao crescimento das favelas na cidade, de maneira que é possível que, diante deste cenário, novos movimentos surjam, tal como surgiu a ASFAP. É aí que se apresenta a importância deste trabalho como um subsídio para pensar as possibilidades de transformação advindas do cenário de se descortina a nossa frente.

Referências Bibliográficas

- AQUILES, Affonso Cardoso. O conceito de classe em Ricardo Antunes e Edward Thompson: algumas aproximações. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 33, n. 1, p. 13-19, 2011.
- AMMAN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: De frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1997.
- CARLOS. Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do espaço Urbano**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Editorial Presença, 1975.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia: Histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo, Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.
- FUNES, Silvia Maria Morales. **Regularização Fundiária na Cidade de Piracicaba-SP: Ações e Conflitos**. 250p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, 2005.
- FURTADO, André. **Desconcentração industrial**. Série São Paulo 80; vol.3. São Paulo. SEADE, 1986.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GONÇALVES, Juliano Costa. **A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos: um estudo de caso**. 139f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, UNICAMP, 2002.
- HABERMAS. Jürgen. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

JORNAL DE PIRACICABA. Começa amanhã o I Congresso dos Favelados de Piracicaba. **Jornal de Piracicaba**, 14 de jul. 1983. p.16.

_____. Entrega de Projeto ao prefeito encerra Congresso dos Favelados. **Jornal de Piracicaba**, 26 de jan. 1986. p. 3-5.

_____. Favelados debatem projeto do direito ao uso da terra. **Jornal de Piracicaba**. 12 de Nov. 1991. p.5.

_____. Favelados decidem permanecer na terra e querem uma comissão com a prefeitura. **Jornal de Piracicaba**, 19 de Jul. 1983. p. 9.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991. 145p.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 a. 180p.

_____. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999b. 178p.

LENCIONI, S. Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo. In GONÇALVES, M.; BRANDÃO, C.; GALVÃO, A. (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP; ANPUR, 2003.

LENIN, Vladimir Ilitch. **As Três Fontes**. São Paulo: Editora Expressão popular. 2008.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

MATTEO, Miguel; TAPIA, Jorge R. B. **As características setoriais e a distribuição espacial da indústria paulista na década de noventa: desconcentração, desindustrialização ou concentração?** Disponível em:
<<http://www.sep.org.br/artigo/vcongresso77.pdf>> Acesso em: 25 de set. de 2010

MUMFORD, Lewis. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1961

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1980-1990)**. Campinas. Editora da UNICAMP, 1996.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefebvre na Geografia Urbana. In: GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. p.157-184.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Na procura do Lugar o encontro da necessidade: Um estudo do Processo de Ocupação de Terras: Osasco. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. 1988

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008. 384p.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SCARFON, Maria de Lourdes. **Crescimento e Miséria**. Coleção Ensaio e Memória. Editora Símbolo, 1979.

SINGER, Paul. O Uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Erminia. **A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto. **A Gestão de Projetos e a Produção da cidadania na Associação dos Favelados de Piracicaba**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Reestruturação Produtiva e Reestruturação Urbana no Estado e São Paulo**. in: *Scripta Nova*. Vol. XI, núm. 245 (69), 1 de agosto de 2007.

SPÓSITO, Maria da Encarnação B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp 111-130.

_____. A Gestão do território as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 4, ano III, p. 27-37. jan-jul de 1998.

TERCI, Eliana Tadeu; BILAC, Maria Beatriz Bianchini; VIEIRA JUNIOR, Adervaldo Moraes; PADILHA, Danieli Alvez; GOLDSCHIMIDT, Marília Gomes. **Desconcentração Industrial**: Impactos Socioeconômicos e urbanos no interior paulista (1970-1990). Piracicaba, MB Editora, 2005.

THOMPSON, Edward. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001. pp. 269-281.

VASCONCELOS. Pedro de Almeida. **Dois Séculos de Pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 1999.

WHITACKER, Arthur Magon. Inovações Tecnológicas, mudanças no padrões Locacionais e na Configuração da Centralidade em Cidades Médias. **Scripta Nova**. Vol. XI, núm. 245 (24), 1 de agosto de 2007